



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

COSMO PEDRO DA SILVA JUNIOR

MUNICIPALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NA PARAÍBA:
o caso de Santa Rita/PB

João Pessoa

2019

COSMO PEDRO DA SILVA JUNIOR

**MUNICIPALIZAÇÃO DA AGENDA2030 NA PARAÍBA:
o caso de Santa Rita/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Wanderleya dos Santos Farias

**João Pessoa
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva Junior, Cosmo Pedro da.
Municipalização da Agenda 2030 na Paraíba: o caso de
Santa Rita/PB / Cosmo Pedro da Silva Junior. - João
Pessoa, 2019.
84 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Agenda 2030. 2. Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável. 3. Município. 4. Paraíba. I. Título

UFPB/CCSA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **Cosmo Pedro da Silva Junior**, matrícula **11313849**, intitulada **MUNICIPALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NA PARAÍBA: O CASO DE SANTA RITA/PB**, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Wanderleya dos Santos Farias (orientadora), Rosângela Palhano Ramalho (examinadora), Márcia Cristina Silva Paixão (examinadora), no dia 26/9/2019, às 10:30 horas, no período letivo de 2019.1.

O TCC foi aprovada pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0) DEZ.

Reformulações sugerida: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Wanderleya dos Santos Farias

Prof.a. Dra. Wanderleya dos Santos Farias
(Orientadora)

Rosângela Palhano Ramalho

Prof.ª. Ms. Rosângela Palhano Ramalho
(Examinadora)

Márcia Cristina Silva Paixão

Prof.ª. Dr.ª. Márcia Cristina Silva Paixão
(Examinadora)

Cientes,

Liedje Bettizaide Oliveira De Siqueira

Prof.ª. Dr.ª. Liedje Bettizaide Oliveira De Siqueira
Coordenadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso

Cosmo Pedro da Silva Junior

Cosmo Pedro da Silva Junior
Aluno

**João Pessoa- PB
2019**

Dedico este trabalho a minha mãe, Risolene Fernandes da Silva, e a meu pai, Cosmo Pedro da Silva, que muito me apoiaram e incentivaram em todas as etapas da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar todas as dificuldades.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceram e que para mim foram muito importante.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Wanderleya dos Santos Farias, que através de seus conhecimentos, dedicou seu tempo com muita paciência e simpatia para me apoiar na conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os professores do Curso de Economia, por tanto que se dedicam e por tudo que colaboraram na construção da minha formação acadêmica.

À Rayane, companheira de todas as horas, pelo amor, incentivo e paciência que tem comigo, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre entendeu que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Meus agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalho e estudo que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

E a todos os que contribuíram direta e indiretamente à minha formação pessoal e acadêmica, o meu muito obrigado!

“O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

(Celso Furtado).

RESUMO

O principal objetivo desse estudo é discutir a municipalização da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) e observar os possíveis desafios que o município de Santa Rita/PB enfrenta para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos anos mais recentes. O estudo tem como embasamento teórico o debate em torno do desenvolvimento sustentável das conferências internacionais realizadas pela ONU e pelo Banco Mundial desde a década de 1970 até a atualidade. Por outro lado, o trabalho monográfico também dialoga com estudos que procuram analisar as experiências locais no Brasil quanto a municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Do ponto de vista metodológico, a natureza desse trabalho é uma pesquisa aplicada e tem caráter descritivo. São utilizados indicadores quantitativos para analisar o comportamento de indicadores sociais, demográficos, econômicos, fiscais e ambientais do referido município. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o município de Santa Rita apresenta uma baixa eficiência no que se reporta aos recursos destinados na área educacional, uma vez que, no período analisado, houve aumento dos gastos anuais por aluno, mas o município não conseguiu atingir as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A infraestrutura das escolas de ensino fundamental apresenta-se insatisfatória, pois há unidades de ensino municipais que não têm acesso ao sistema de esgoto via rede pública nem ao sistema de abastecimento de água. No que se refere às atividades produtivas, Santa Rita sedia fábricas nos setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis, o que estimula a geração de empregos, mas os salários mensais dos empregos formais situam-se em valores relativamente baixos. Quanto à questão ambiental, foi constatado que a área de preservação legal do principal manancial do município está desmatada e sem proteção. Ao analisar a gestão das finanças públicas municipais, observou-se que a prefeitura de Santa Rita apresenta uma grande dependência das transferências dos governos federal e estadual, aspecto que limita sua capacidade de investimento em prol do desenvolvimento sustentável do município. Portanto, percebe-se que o município de Santa Rita enfrenta grandes impasses para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Município. Paraíba.

ABSTRACT

The main objective of this study is to discuss the municipalization of the 2030 Agenda proposed by the United Nations (UN) and to observe the possible challenges that the municipality of Santa Rita / PB faces to reach the Sustainable Development Goals in recent years. The study has as theoretical basis the debate around sustainable development of international conferences held by the UN and the World Bank from the 1970s to the present. On the other hand, the monographic work also dialogues with studies that seek to analyze local experiences in Brazil regarding the municipalization of the Millennium Development Goals and the Sustainable Development Goals. From the methodological point of view, the nature of this work is an applied research and has a descriptive character. Quantitative indicators are used to analyze the behavior of social, demographic, economic, fiscal and environmental indicators of that municipality. The results of the research showed that Santa Rita municipality has a low efficiency regarding the resources allocated in the educational area, since, in the analyzed period, there was an increase of annual expenses per student, but the municipality could not reach the goals the Index of Development of Basic Education (IDEB). The infrastructure of elementary schools is unsatisfactory, as there are municipal education units that do not have access to the sewage system via the public network or the water supply system. With regard to productive activities, Santa Rita houses factories in the sectors that produce durable and non-durable consumer goods, which stimulates job creation, but the monthly salaries of formal jobs are relatively low. Regarding the environmental issue, it was found that the area of legal preservation of the main source of the municipality is deforested and without protection. When analyzing the management of municipal public finances, it was observed that the municipality of Santa Rita has a great dependence on transfers from federal and state governments, an aspect that limits its investment capacity for the sustainable development of the municipality. Therefore, it is clear that the municipality of Santa Rita faces major impasses to achieve the Sustainable Development Goals.

Keywords: 2030 Agenda. Sustainable Development Goals. Municipality. Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Principais Metas dos Objetivos do Milênio.....	21
Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	24
Figura 3 - Localização geográfica do município de Santa Rita – PB.....	40
Figura 4 - Santa Rita – PB: infográfico das características do agronegócio - 2014.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Santa Rita (PB) - 2000	41
Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Santa Rita (PB) – 2010	42
Gráfico 3- Evolução do IDEB por despesas em educação por aluno, anos iniciais do ensino fundamental para o município de Santa Rita - 2013 a 2017.....	44
Gráfico 4- Evolução do IDEB por despesas em educação por aluno, anos finais de ensino fundamental para o município de Santa Rita - 2013 a 2017.....	45
Gráfico 5 - Evolução das matrículas em escolas públicas municipais com o gasto total com educação do município de Santa Rita - 2013 a 2017.....	46
Gráfico 6 - Matrículas por nível de ensino em Santa Rita - 2007 a 2017	47
Gráfico 7 - Acesso a infraestrutura e serviços nas escolas municipais de Santa Rita - 2017...	48
Gráfico 8 – Municípios da Microrregião de João Pessoa: estabelecimentos de saúde SUS - 2006 e 2018	49
Gráfico 9 - Municípios da Microrregião de João Pessoa: óbitos infantis por residência - 2006 e 2016	50
Gráfico 10 - PIB per capita em Santa Rita – 2010 a 2016 (Unidade: R\$).....	51
Gráfico 11 – Percentual do valor adicionado a preços correntes por setores no PIB de Santa Rita – 2016	52
Gráfico 12 - Evolução anual IFDM consolidado: Santa Rita - 2005 a 2016.....	53
Gráfico 13 - Evolução anual IFDM Emprego e Renda: Santa Rita - 2005 a 2016	54
Gráfico 14 - Salário médio mensal Santa Rita - 2007 a 2017 (Unidade: salários mínimos)....	55
Gráfico 15 - Vínculos ativos por seção no município de Santa Rita – 2016 (Unidade: vínculos)	56
Gráfico 16 - Municípios da Microrregião de João Pessoa: percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado - 2010.....	58
Gráfico 17 - Receita e despesa orçamentária do município de Santa Rita 2000 a 2010 (Unidade: milhões de R\$).....	60
Gráfico 18 - Transferências intergovernamentais em relação as Receitas correntes de Santa Rita – 2006 a 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017	61
Gráfico 19 - Evolução e composição da receita própria de Santa Rita - 2000 a 2010 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017	62

Gráfico 20 - Gastos com Pessoal e Encargos Sociais em proporção das Despesas Correntes de Santa Rita - 2006 a 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017	63
Gráfico 21 - Despesa por função: Santa Rita - 2006 e 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017	64
Gráfico 22 - Evolução anual do IFGF Santa Rita – 2006 a 2016.....	65
Gráfico 23 - Composição do IFGF da Prefeitura de Santa Rita 2006 e 2016	66
Gráfico 24 - Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°: Paraíba e seus municípios -2018	67
Gráfico 25 - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência em Santa Rita – 2000 e 2010	68
Gráfico 26 - Percentual dos números e da área dos estabelecimentos agropecuários quanto a agricultura familiar na Paraíba- 2006 (em %)	70
Gráfico 27 - Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio em Santa Rita – 2000 e 2010	72
Gráfico 28 - Rendimento médio mensal segundo as grandes áreas de atividade e sexo em Santa Rita – 2017 (Unidade: R\$).....	73
Gráfico 29 - Número de admitidos e desligados em Santa Rita - 2006 a 2017.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores produzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2019	32-35
---	-------

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - Indicadores educacionais Microrregião de João Pessoa - 2017	43
Tabela 2 - Estabelecimentos de ensino e docentes da Microrregião de João Pessoa – 2015 e 2017	46
Tabela 3 - Santa Rita: ISS - Simples Nacional e número de optantes – 2010 a 2017 (Unidade ISS: mil R\$).....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Associação Brasileira de Municípios
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CEDES	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social
CGU	Controladoria Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CTP	Companhia de Tecidos Tibiri
FIES	Escala de Experiência de Insegurança Alimentar
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCL	Receita Corrente Líquida
RD	Relação de Dependência
RLR	Receitas Líquidas Reais
SAGRES	Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIH	Sistema Internações Hospitalares
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos	19
1.1.1 Objetivo geral.....	19
1.1.2 Objetivos específicos	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Desenvolvimento sustentável: da conferência de Estocolmo aos ODS	20
2.2 Os desafios da municipalização da Agenda 2030 no Brasil	25
3 METODOLOGIA	31
3.1 A Agenda 2030 e o quadro de indicadores do portal IBGE – ODS	32
3.2 Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF	35
3.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM	37
4 A AGENDA 2030 EM PERSPECTIVA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB	39
4.1 Aspectos demográficos e sociais de Santa Rita	39
4.2 Perfil das atividades econômicas locais	50
4.3 O mercado de trabalho local	54
4.4 A questão ambiental	57
4.5 Gestão municipal das finanças públicas	59
4.6 Santa Rita e os ODS	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Em diversos municípios brasileiros, é comum observarmos algumas distorções socioeconômicas como incidência de pobreza, existência de déficit habitacional para a população de baixa renda e informalidade no mercado de trabalho. Ao lado desses problemas, também se percebe falta de áreas verdes nas áreas urbanas, poluição do ar, dos lagos e rios e ocupação desordenada do solo. Esses aspectos demonstram como a construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis é complexa e requerem um esforço conjunto das gestões locais, das instituições públicas e privadas e da sociedade civil.

Cabe destacar, também, que um município que tem um Produto Interno Bruto (PIB) per capita elevado nem sempre apresenta indicadores satisfatórios de distribuição de renda e de bem estar da população. Apesar do aparente paradoxo, isso é possível porque o crescimento da produção local de bens e serviços pode ocorrer sem que haja, em simultâneo, uma melhoria nos padrões sociais vigentes. Nas economias de mercado, o crescimento econômico pode ocorrer sem ser acompanhado de desenvolvimento sustentável (STIGLITZ, 2006).

O desenvolvimento é um processo multifacetado e envolve dimensões como a econômica, social, ambiental e política da vida de um país, de um estado ou município. Embora distintas, as perspectivas do desenvolvimento estão interligadas. Como propõem Silva e Lima (2010), só é possível solucionar a crise ambiental através de avanços com relação à desigualdade social, isto por sua vez, depende diretamente da situação econômica. Segundo Nascimento (2012), só há alterações nos padrões econômicos através das decisões políticas.

A busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a questão ambiental tem como marco histórico a Conferência de Estocolmo ocorrida na primeira metade da década de 1970. O Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento nos anos 1980, assumiu um posicionamento crítico quanto ao modelo de crescimento econômico predatório vigente à época e destacava que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (ROMEIRO, 2012).

Nas décadas seguintes, diversas conferências internacionais lideradas pelas Nações Unidas tiveram iniciativas semelhantes e trouxeram para o centro do debate a relação do homem com o planeta. Em 2015, a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável aprovou o documento intitulado ‘Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’ com 17 objetivos nas áreas social, ambiental e econômica para serem implementados por todos os países do mundo. Importantes parcerias entre o Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as representações institucionais de esferas de governo ao nível federal, estadual e municipal foram definidas com o intuito de promover a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir dessa contextualização internacional, o objetivo deste estudo é examinar os possíveis impasses e/ou desafios da municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no município de Santa Rita na fase mais recente. A escolha do município se deu pela sua importância para a Microrregião de João Pessoa. Além de sua relevância histórica por ser o segundo núcleo de povoamento mais antigo da Paraíba e ter sediado a primeira instalação fabril do Estado, na atualidade, o município de Santa Rita possui, conforme o IBGE (2019), a segunda maior população e a maior área territorial da Mesorregião da Mata Paraibana. No ano de 2016, o Produto Interno Bruto de Santa Rita foi o 4º maior PIB da Paraíba, e seu PIB per capita ocupou a posição do 9º maior do Estado, representando respectivamente R\$ 2,18 bilhões e R\$16.047,33.

Nas últimas décadas, o município de Santa Rita experimentou uma expressiva expansão do setor industrial com a instalação de unidades de produção dos segmentos metalúrgico, calçadista, material plástico, cerâmico e de confecções. O setor agropecuário do município representou a segunda maior produção paraibana, em 2016, com destaque para a produção de cana de açúcar e abacaxi¹.

Inserida na unidade geoambiental dos Tabuleiros Costeiros, o município é cortado por rios Paraíba, Miriri e Gramame. O crescimento urbano desordenado, como ocorre em outras cidades brasileiras, traz impactos adversos para a preservação do corpo hídrico dos rios e para as áreas verdes.

Para empreender o estudo proposto, os capítulos foram estruturados da seguinte forma: além desta introdução, o segundo capítulo apresenta as referências teóricas que deram suporte para a discussão em torno da noção de desenvolvimento sustentável. O terceiro capítulo trata dos aspectos metodológicos em torno dos indicadores que foram utilizados para se examinar o nível de desenvolvimento municipal em Santa Rita e as condições fiscais e ambientais do município. No quarto capítulo, são discutidos os aspectos empíricos de Santa Rita e procura-se observar se as condições demográficas, do mercado de trabalho, de sua condição produtiva e das condições fiscais da prefeitura são compatíveis com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. No quinto capítulo, apresentam-se as considerações finais e o sexto capítulo reporta-se às referências que serviram de base para o estudo em tela.

¹ Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47006>

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Discutir a municipalização da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável proposta pela Organização das Nações Unidas e observar os possíveis impasses e desafios que o município de Santa Rita/PB enfrentou para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável entre os anos 2000 e 2018.

1.1.2 Objetivos específicos

- Observar se a evolução dos indicadores demográficos e sociais do município de Santa Rita está em consonância com as metas definidas pela Agenda 2030 quanto a redução da pobreza e à promoção de educação e saúde inclusivas.
- Examinar o comportamento do mercado de trabalho local no que se reporta aos níveis de salários médios e vínculos ativos no mercado formal.
- Discutir se a gestão do meio ambiente no município de Santa Rita é realizada de forma sustentável.
- Verificar se o perfil das finanças públicas municipais é capaz de alcançar as potencialidades econômicas locais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ano 2000, os países membros da Organização das Nações Unidas se reuniram em Nova York e definiram um pacto global que ficou conhecido como Declaração do Milênio. Esse documento aglutinou várias metas que haviam sido definidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo da década de noventa, consolidando um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a redução da pobreza que foi intitulado como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os países signatários da ONU tinham até 2015 para tentarem alcançar os oito objetivos dos ODM.

A temática do desenvolvimento passa a ter centralidade nos estudos das agências multilaterais na segunda metade do século XX. A Organização das Nações Unidas torna o debate em torno das mudanças climáticas e da ampliação da pobreza os principais focos das conferências internacionais. Nessa fase histórica, já se discutia os reflexos dos padrões organizacionais e tecnológicos das grandes empresas sobre o meio ambiente bem como os altos índices de desigualdade de renda observados em diversos países.

Nesta sessão, iremos abordar a contribuição das pesquisas e debates realizados no contexto de algumas conferências internacionais lideradas pela ONU que definiram o conceito de desenvolvimento sustentável como um processo multifacetado e polissêmico. Também será feito um diálogo analítico com alguns estudos que procuraram observar os limites e possibilidades de alguns municípios brasileiros quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos pelas Agendas ODM e ODS.

2.1 Desenvolvimento sustentável: da conferência de Estocolmo aos ODS

A conferência de Estocolmo, que ocorreu na Suécia em 1972, teve importante papel histórico para a mudança do discurso de que não haveria limites para a exploração dos recursos ambientais. Até a década de sessenta, a visão que predominava, sobre a dinâmica das economias de mercado, era de que a expansão da sociedade industrial levaria à elevação do PIB e do nível de emprego geral. As condições ambientais não seriam afetadas com o uso intensivo dos recursos naturais (SACHS, 2002; ROMEIRO, 2012).

Nos anos 1980, quando os sinais de saturação do meio ambiente já eram visíveis e os impactos das políticas neoliberais reduziam drasticamente o alcance dos sistemas de proteção social, o Relatório Brundtland propôs uma agenda global capaz de conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico. Por outro lado, os choques de oferta e o

acirramento da concorrência oligopolista a nível mundial produziram impactos inflacionários sobre as economias de diversos países (STIGLITZ, 2006). Do ponto de vista das condições físicas do planeta, a dinâmica capitalista e a emissão de poluentes em algumas áreas contribuíram para o aquecimento global, a diminuição da quantidade de água potável, a perda da biodiversidade (VEIGA, 2005).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecido como Cúpula da Terra, chamava atenção para a necessidade dos países signatários da ONU conciliarem as dimensões econômica, social e ambiental em torno da noção de desenvolvimento sustentável (MONTEIRO, 2012).

Na conferência do Milênio, em 2000, a ONU e seus Estados Membros definiram o prazo para o alcance das metas até o ano de 2015. Foram propostas 21 metas, contendo 60 indicadores, vinculados aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especificados na Figura 1. Era fundamental para o êxito dos objetivos do milênio que os atores institucionais envolvidos realizassem parcerias unilaterais e também, a forte participação do governo, da sociedade civil e entidades públicas e privadas. A marca da ODM era o compromisso com o bem-estar da humanidade, onde a gestão dos recursos públicos aparecia com um lugar de destaque para o alcance das metas propostas (ONU BR, 2019).

Figura 1 - Principais Metas dos Objetivos do Milênio



Fonte: ONU BR.

O debate em torno do desenvolvimento sustentável no Brasil adquiriu expressão quando o governo federal, em parceria com o PNUD e organizações da sociedade civil, mobilizou esforços em prol do alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e criou, em 2004, a Campanha ‘Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo’ (IPEA, 2014).

Para estimular a municipalização dos ODM, o governo federal lançou, em 2013, a Agenda de Compromissos ODM – 2013-2016. A agenda intentava pactuar a cooperação dos gestores municipais e representações da sociedade civil em torno do alcance dos indicadores e os prazos para o cumprimento. Também foram realizadas outras frentes de ação como o projeto Gestão Municipal e Objetivos do Milênio, feitos em parceria com o PNUD e a Organização Não Governamental Agenda Pública (BRASIL, 2013)

Ressalta-se que foi criada no país o Portal ODM, uma plataforma online que apresentava a evolução dos indicadores para os oito objetivos e a situação do município quanto ao cumprimento dos objetivos e respectivas metas. As boas práticas recebiam selo e premiação das Nações Unidas. A cidade de Pombal, localizada na Microrregião de Souza e na Mesorregião do Sertão paraibano, representou os municípios brasileiros na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que ocorreu em Nova York em 2015. O mencionado município conseguiu alcançar a maioria dos objetivos e metas dos ODM.²

Os ODM adquiriram uma projeção histórica até então não observada num documento que tinha a pretensão de ser alcançado por todos os países nos contextos internacional, nacional, regional e local.

As conferências que precederam os ODM tiveram ampla participação de representantes dos países signatários, de empresas e sociedade civil. Foram elaborados diversos documentos com inúmeras propostas e reivindicações, mas não foi estabelecida uma proposta de monitoramento dos avanços a serem alcançados. A Cúpula do Milênio definiu oito pontos a serem alcançados pelos diversos países do mundo até 2015, buscando incorporar alguns temas das agendas internacionais.

Um balanço geral dos ODM permite constatar que a conveniência de impulsionar setores estratégicos de alguns Estados – expansão de mercados, abertura política, ampliação de acordos internacionais etc. –, em paralelo com a concepção de um horizonte comum entre eles, encorajaram o aprofundamento da cooperação. E dessa cooperação a formulação de uma agenda universal. Essa proposta prática de investimento no desenvolvimento mundial demandou uma parceria colaborativa global, agregando esforços de governos, de instituições nacionais e internacionais, de organizações não

² Ver: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/09/cidade-da-paraiba-representa-brasil-em-assembleia-da-onu-nos-eua.html>

governamentais, do setor privado e da sociedade civil. (OKADO E QUINELLI, 2016, p. 119)

No 70º aniversário das Nações Unidas, realizada em setembro de 2015, foi apresentado o documento intitulado ‘Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável’ que continha os novos objetivos de desenvolvimento para o período de 2015 a 2030 (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, resumidos na Figura 2, com 169 metas vinculadas, que passaram a vigorar no dia 1 de janeiro de 2016.

Os países signatários das Nações Unidas se comprometeram a empenhar esforços para a aplicação da nova Agenda a despeito das distintas realidades nacionais e dos diferenciados níveis de desenvolvimento. Os chefes de Estado destacavam, também, que os governos tinham a responsabilidade de fazer o acompanhamento e revisão, em âmbito nacional, regional e local do progresso alcançado na implementação dos Objetivos e metas (ONU BR, 2015).

Antevemos um mundo em que cada país desfrute de crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – sejam sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício nos níveis nacional e internacional, constituam elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, além do crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia sejam sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e sejam resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas sejam protegidos. Nossos princípios e compromissos compartilhados. (ONU BR, 2015, p. 5)

Segundo o conteúdo do documento que constituiu a Agenda 2030, os ODS avançavam em áreas de primordial relevância para o planeta e a humanidade. Os objetivos são integrados e indivisíveis, e buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a ambiental, a econômica e a social.

Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU BR (2015).

De acordo com a ONU BR (2015), os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são os seguintes:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

É oportuno destacar que a transição dos ODM para os ODS constituiu um importante avanço da Organização das Nações Unidas de darem continuidade à sistematização de metas e definição de indicadores para monitorar o alcance dos objetivos globais em torno da sustentabilidade do desenvolvimento.

Com uma amplitude de metas e objetivos bastante significativa, Os ODS se propuseram avançar nas dimensões: econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável contemplando aspectos que não tinham sido abordados nos ODM tais como: a sustentação do crescimento econômico per capita nos países menos desenvolvidos; o alcance de níveis mais altos de produtividade das economias por meio da modernização tecnológica e inovação; a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção; o emprego pleno e trabalho decente; o avanço na implantação de infraestrutura de qualidade e sustentável nos países,, entre outros (ALVES, 2015). A nova agenda proposta pela ONU tem aproximadamente 250 indicadores para o seu seguimento que foram construídos por uma comissão Estatística da ONU formada por especialistas de institutos oficiais de pesquisa de diversos países.

2.2 Os desafios da municipalização da Agenda 2030 no Brasil

As agendas internacionais em prol do desenvolvimento sustentável são relevantes como uma iniciativa internacional para articular esforços em torno da melhoria dos indicadores socioeconômicos, ambientais e de governança de diversos países. Mas a concretização das metas e objetivos do desenvolvimento sustentável é desafiadora e enfrenta alguns limites e

contradições porque a realidade socioeconômica dos diversos países apresenta grandes assimetrias entre si.

Na literatura especializada, existem alguns estudos que procuram discutir o tema do desenvolvimento sustentável no Brasil tendo como ponto de partida as agendas do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. Pesquisadores de diversas áreas de conhecimento discutem a municipalização dos ODM e dos ODS e apontam as direções tomadas pelas experiências locais no que se reporta ao alcance das metas e objetivos das referidas agendas. Tais pesquisas contribuem para qualificar o debate acadêmico em torno dos desafios que os governos locais e a sociedade civil organizada encontram para superar distorções que limitam o desenvolvimento sustentável.

As discussões em torno da municipalização da Agenda 2030 também são pertinentes para a construção de indicadores e índices de desenvolvimento municipal, de transparência pública, de eficiência na gestão fiscal e de controle do meio ambiente que possam evidenciar a trajetória socioeconômica e ambiental do município nos últimos anos.

No Brasil, já existem registros de parcerias e iniciativas institucionais voltadas para regionalização e municipalização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. A Coligação Estratégia ODS reúne diversos atores institucionais como governos locais, representantes do setor privado, de instituições universitárias e da sociedade civil, que possuem o intuito de discutir e promover a implementação da agenda 2030 (ESTRATÉGIA ODS, 2014).

A Coligação Estratégia ODS acredita na necessidade de uma maior integração dos ODS às políticas e planos estaduais e municipais mediante experiências de intercâmbios intersetoriais, oficinas e guias sobre implementação dos ODS. Também se apresenta como apoiadora institucional de iniciativas do poder público e do terceiro setor que buscam soluções para a efetivação da Agenda 2030. O principal recorte espacial de atuação da Coligação Estratégia ODS é o estado de São Paulo e seus respectivos municípios.

No Paraná, se destaca a iniciativa do Projeto Oeste 2030³: cooperação para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um projeto piloto lançado pela Itaipu Binacional e o PNUD Brasil que tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, que compreende 54 municípios, através da municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um dos eixos importantes do Projeto Oeste 2030 é a criação de ferramentas que subsidiem os espaços de diálogos com os governos municipais e a elaboração de projetos e políticas públicas alinhadas à Agenda 2030.

³ Ver: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/projeto-oeste-2030-e-destaque-no-sdgs-in-brazil-e-no-business-ca.html>

Cabe também ressaltar que um município da Região Norte do país, Barbacema/PA, é considerado, segundo a Associação Brasileira de Municípios⁴ referência na municipalização dos ODS. O Plano Diretor do município, anterior à publicação da Agenda 2030, já havia sido elaborado de acordo com os princípios e metas dos ODM. Com o lançamento da Agenda 2030, a Prefeitura Municipal elaborou seu Plano Plurianual de Investimentos (PPA) tomando como base os ODS.

Vários estudos já foram produzidos com a intenção de identificar e mensurar os resultados da municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os esforços mais recentes das gestões locais em alcançar os 17 ODS. Denardi et al. (2014) tentaram identificar quais seriam os principais elementos que afetam o desenvolvimento municipal, aplicando a análise para oito pequenos municípios do Paraná. Para mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios, os autores utilizaram como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Os resultados do estudo apontam três principais elementos que afetam diretamente o nível de desenvolvimento do município, entre estes, a qualidade da gestão pública municipal, com base no planejamento estratégico, a probidade e a eficiência administrativa.

Na Paraíba, já há uma relevante produção acadêmica em torno da municipalização do desenvolvimento sustentável elaborada, de modo geral, por alunos concluintes do Curso de Economia e áreas afins da Universidade Federal da Paraíba em seus estudos monográficos, aspecto que revela a preocupação analítica dessas pesquisas de compreender a dinâmica social, econômica, fiscal e ambiental dos municípios paraibanos e os impasses que os mesmos enfrentam para trilharem um caminho em direção das metas definidas pelas Agendas de desenvolvimento internacionais.

Souza (2015), em seu estudo monográfico, procurou analisar o nível de desenvolvimento municipal na cidade de Caaporã, no período de 2000 a 2013, a partir dos aspectos relacionados ao seu perfil socioeconômico e fiscal como também observou as situação do município em relação à municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. O autor identificou que o município se destacou em relação ao IFDM emprego e renda, no ranking estadual, apresentando, também, avanços no acesso de crianças ao ensino fundamental. Contudo, Caaporã apresentou fragilidades na área da saúde, ponto fundamental para a qualidade de vida da população e um dos principais pilares do ODM. O mencionado município exibiu relativa melhora nos indicadores de nível de pobreza e de desnutrição. O autor ainda destaca a

⁴ Ver: <https://abm.org.br/ods/barcarena-pa-e-referencia-nacional-quando-o-assunto-e-ods/>

necessidade de um melhor planejamento da gestão pública local, que tinha grande dependência dos recursos federais e estaduais.

Em seu trabalho de conclusão de curso, Vasconcelos (2015) examinou se a noção de desenvolvimento como expansão de oportunidades e melhoria da qualidade de vida da população local do município de Cabedelo teria sido alcançada no período de 2000 a 2010. A autora constatou que houve uma importante redução dos problemas de acesso à água e ao sistema de esgoto no município. Assim como também houve uma maior preocupação por parte da Secretaria de Saúde Municipal com a saúde da mulher gestante. No período citado, o município de Cabedelo atingiu 100% da meta que aborda a diminuição da taxa de mortalidade materna do ODM. No que se reporta a qualidade e acesso à educação, a autora constatou que o município enquadrou-se no nível de desenvolvimento moderado segundo a metodologia do sistema FIRJAN. No ano de 2010, o município contava com 57,9% dos seus jovens de 15 a 17 anos ainda fora da escola.

Farias, Lira e Carvalho (2015), analisaram o perfil político e econômico de pequenos municípios e a gestão fiscal do orçamento público a nível local tendo como referência os ODM. Os municípios analisados foram Bananeiras, Puxinanã e Sertãozinho, todos localizados no estado da Paraíba. As autoras constataram que, nos três municípios, houve um déficit significativo na eficácia de políticas públicas sociais, forte dependência das transferências intergovernamentais e um baixo dinamismo econômico com alto índice de informalidade. Além disto, as autoras destacaram que os principais problemas nas áreas de saúde e educação, poderiam ser amenizados com um maior comprometimento das políticas públicas locais.

Tendo como foco de estudo monográfico a análise da evolução das finanças públicas dos municípios da Microrregião do Litoral Sul da Paraíba, Rosa (2018) procurou examinar se as políticas públicas municipais, entre os anos de 2000 a 2016, estariam contribuindo para transformar as referidas municipalidades em espaços urbanos e rurais mais seguros e sustentáveis. O autor observou que, os indicadores educacionais dos quatro municípios ainda estão distantes de alcançar uma educação de qualidade e inclusiva para todos, como propõe o Objetivo 4 do ODS. Em média, de cada dez alunos na faixa dos 14 a 17 anos que frequentam esse nível de ensino, 7 abandonam os estudos na Microrregião.

A proporção de pessoas sem grau de instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto, nessas localidades ainda é alta a despeito de ter ocorrido a ampliação de recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação. Rosa (2018) também grifa que problemas como rigidez orçamentária, elevadas despesas com pessoal e baixo nível de investimento público nos

aludidos municípios inibem as possíveis estratégias em direção ao desenvolvimento sustentável.

Outros estados nordestinos também tem sido foco de estudos em torno da municipalização das Agendas de Desenvolvimento. Nascimento e Chacon (2016) tomaram como recorte espacial a Região Metropolitana do Cariri cearense. Os autores perceberam que apesar da prosperidade econômica da região, uma parte expressiva da população local se encontrava em vulnerabilidade social e com grandes desafios para alcançarem, por exemplo, o Objetivo 1 dos ODS. Para que essa situação não venha a se tornar insustentável no médio e longo prazo, os autores propunham que seria necessário políticas de planejamento estratégico dos governos municipais e estadual visando a sustentabilidade e melhoria das condições socioeconômicas e ambientais, levando em consideração as especificidades dos municípios que compõe a referida região.

Sena et al. (2016) buscaram investigar as implicações dos ODS e metas vinculadas, aplicados à região do semiárido brasileiro. Os autores partiram do pressuposto que as mudanças climáticas nessa área do país podem piorar a situação socioeconômica e ambiental da região. Ressaltam a importância da construção e análise de indicadores, com base nos ODS, para evidenciar as debilidades da região e as possíveis formas de superar tais distorções. Por fim, identificaram que apesar dos avanços encontrados nas últimas décadas, a população local ainda passa por muitas dificuldades, principalmente pela falta de acesso à água em quantidade e qualidade adequadas. Assim, concluem que se faz necessário a implementação de ações e formulações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da região.

Matida (2016) buscou realizar uma revisão crítica dos documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas, resultantes da Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde e da Rio+20. A partir dessa análise, o autor chamou atenção para os fatores relevantes que deveriam nortear uma agenda global pós Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no que se refere à área da saúde. Na sua perspectiva, Matida afirma que “Não há hoje uma nação sequer, capaz de garantir cuidados à saúde de todos os seus cidadãos e de enfrentar seus determinantes, sem uma audaciosa integração entre setores governamentais.” (MATIDA, 2016, p. 1943). Por fim, o autor conclui que é necessário governantes que atuem de forma comprometida com a qualidade de vida de seus representados e que as relações público e privado devem ser concentradas na redução das iniquidades, na ascensão do desenvolvimento sustentável e no anteparo da qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, é possível perceber que, se alguns municípios brasileiros conseguiram avançar em seus esforços para atingirem as metas do ODM, ainda há um longo percurso para atingirem

os ambiciosos objetivos da Agenda 2030. Os índices de pobreza apresentaram declínio em diversos municípios entre 2000 e 2015, no entanto a construção de instituições eficazes, o crescimento econômico sustentável, a geração de oportunidades de emprego para todos podem ser citados como desafios que se colocam para os municípios no contexto atual de crise econômica do país.

3 METODOLOGIA

De acordo com a classificação apresentada por Zanella (2009), quanto a natureza do estudo, o trabalho proposto é uma pesquisa aplicada, visto que pretende analisar problemas concretos, resultados de aplicações práticas e de acordo com situações específicas. O presente estudo busca compreender, mediante a análise de informações quantitativas, os possíveis avanços e desafios da municipalização da Agenda 2030 no município de Santa Rita/PB no período de 2000 a 2018, onde serão analisados o comportamento e evolução dos indicadores que possam refletir as condições socioeconômicas, ambientais e fiscais do referido município.

No que tange à abordagem do problema do estudo, ainda de acordo com a classificação dada por Zanella (2009), este trabalho monográfico é resultado de uma pesquisa quantitativa, teórico-empírica, pois trata sobre situações reais, através da análise de dados, variáveis e índices em torno do tema abordado.

Quanto ao objetivo da pesquisa, o estudo tem um caráter descritivo. Segundo Gil (2008), pesquisas descritivas têm como seu principal objetivo apresentar características de determinado fenômeno ou população ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Este tipo de pesquisa, juntamente com as pesquisas exploratórias, pode servir para propiciar um novo olhar sobre o problema estudado, preocupando-se com a atuação prática.

Sobre os procedimentos adotados na coleta dos dados, o trabalho toma como referência um estudo de caso, ao buscar conhecimento sobre a realidade de uma área geográfica restrita (ZANELLA, 2009). De acordo com a definição dada por Vergara (2003, p. 48), o universo da pesquisa, ou população, é “um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo), que possuem as características que serão objeto de estudo”. Assim, este estudo será realizado com base no município de Santa Rita, na Paraíba, devido a sua importância histórica e sociodemográfica para a Microrregião de João Pessoa e para a economia estadual.

Os dados que serão utilizados como base para mensurar a qualidade da gestão dos recursos públicos do município será o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), as composições de receita e despesa do município, a Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° entre outros indicadores pertinentes a área. Já para avaliar o desenvolvimento sustentável do município, nos âmbitos econômico, social e ambiental, serão tomados como base o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), os indicadores do Portal ODS, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais indicadores pertinentes.

3.1 A Agenda 2030 e o quadro de indicadores do portal IBGE – ODS

A Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas, em 2015, criou o Grupo Interagencial e de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com o intuito de implementar um quadro de indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no âmbito global e local. No Brasil, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) são os órgãos de assessoramento técnico permanente da Comissão e têm a atribuição de promover a discussão, planejamento, implementação e avaliação da construção de indicadores estatísticos para a Agenda 2030.

No final de 2018, foi lançada a Plataforma Digital ODS com uma metodologia em consonância com os padrões internacionalmente estabelecidos pela ONU. A plataforma disponibiliza diversos indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil, em todas as áreas dos desenvolvimento sustentável.

Segundo dados do IBGE, há um total de 244 indicadores, distribuídos entre os 17 ODS, que guiam as políticas públicas para o cumprimento dos objetivos. Entre o total dos indicadores, 59 já foram produzidos, representados no Quadro 1, 86 estão em processo de análise/construção, 45 não possuem dados para sua mensuração, 47 ainda estão sem uma metodologia global e 7 deles não se aplicam ao Brasil. Cabe realçar que, para os municípios brasileiros, alguns indicadores são censitários o que significa dizer que a atualização das informações ocorrem a cada 10 anos.

Quadro 1 - Indicadores produzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2019

(continua)

ODS	Indicador produzido
1 - Erradicação da Pobreza	Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural); Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.
2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES); Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade; Índice de orientação agrícola para a despesa pública.

Quadro 1 - Indicadores produzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2019

(continuação)

ODS	Indicador produzido
3 - Boa Saúde e Bem-Estar	Razão de mortalidade materna; Taxa de mortalidade neonatal; Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes; Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito; Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares; Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene; Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional.
4 - Educação de Qualidade	Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH); Proporção de professores (a) na pré-escola; (b) nos anos iniciais do ensino fundamental; (c) nos anos finais do ensino fundamental; e (d) no ensino médio, que receberam pelo menos a formação mínima (por exemplo: formação pedagógica), antes ou durante o exercício da profissão, requerida para lecionar num determinado nível de ensino num dado país;
5 - Igualdade de Gênero	Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização; Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais; Proporção de mulheres em posições gerenciais; Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo.
6 - Água Potável e Saneamento	Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura; Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100); Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica.

Quadro 1 - Indicadores produzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2019

(continuação)

ODS	Indicador produzido
7 - Energia Limpa e Acessível	<p>Percentagem da população com acesso à eletricidade; Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas; Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE); Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB.</p>
8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico	<p>Taxa de crescimento real do PIB per capita; Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada; Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos; Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro.</p>
9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	<p>Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita; Emprego na indústria em proporção do emprego total; Emissão de CO2 pelo PIB; Dispendio em P&D em proporção do PIB; Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes; Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total.</p>
10 - Redução das Desigualdades	<p>Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social.</p>
11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	<p>Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados; Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.</p>
12 - Consumo e Produção Responsáveis	<p>Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais; Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante.</p>

Quadro 1 - Indicadores produzidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2019

(conclusão)

ODS	Indicador produzido
13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes; Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres.
14 - Vida na Água	Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas.
15 - Vida Terrestre	Área florestal como proporção da área total do território.
16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade; Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral; Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares); Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação.
17 - Parcerias e Meios de Implementação	Porcentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente; Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total; Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços; Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação; Proporção de indivíduos que utilizam a Internet.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal ODS (2019).

Vale salientar que, para complementar e ampliar o número de indicadores dispostos no Quadro 1, o Portal ODS passa por constantes atualizações, assim, o número de indicadores produzidos é elevado no decorrer da finalização do processo de produção.

3.2 Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

De acordo com informações fornecidas no sistema FIRJAN (2017), o IFGF tenta representar a crise fiscal que ocorre nos municípios brasileiros, com base nos dados

apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Cinco indicadores formam o IFGF. O primeiro é o IFGF Receita própria, que relaciona o total de receitas geradas pelo município com o total da Receita Corrente Líquida (RCL), este permite avaliar o nível de dependência das transferências estaduais e federais sobre o município. O segundo é o IFGF Gastos com Pessoal, relaciona o total gasto com o pagamento de pessoal pelo município, com o quando o município recebe de receita corrente líquida, indicador que permite mensurar o nível de rigidez orçamentária do município.

O terceiro indicador, o IFGF Liquidez, relaciona o total de recursos disponíveis em caixa para realizar o pagamento dos restos a pagar, com as receitas correntes líquidas. O quarto, IFGF Investimentos, relaciona o total e investimentos com a RCL, apresentando o grau de investimento municipal, fator primordial para a elevação da produtividade e promoção de bem-estar dos cidadãos.

O último é o IFGF Custo da Dívida, relaciona o total de despesas de juros e amortizações, com o somatório das Receitas Líquidas Reais (RLR), retrata o grau das obrigações municipais com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos. Apenas o quinto índice aqui citado, possui o peso de 10% na análise, os demais indicadores têm peso de 22,5% para o cálculo do Índice (FIRJAN, 2017).

A variação do índice é entre 0 e 1, quanto mais aproximado de 1, melhor a gestão fiscal municipal. Como forma de facilitar a análise o sistema FIRJAN estipula valores de referência, foram estabelecidos quatro conceitos para o IFGF, conforme exposto abaixo:

- Conceito A (Gestão de Excelência): resultados superiores a 0,8 pontos;
- Conceito B (Boa Gestão): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos;
- Conceito C (Gestão em Dificuldade): resultado compreendido entre 0,4 e 0,6 pontos;
- Conceito D (Gestão Crítica): resultados inferiores a 0,4 pontos.

O IFGF, de forma sucinta e de acordo com os preceitos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mensura como as prefeituras administram os tributos pagos pela sociedade. Em um contexto onde, o valor atual que está sobre a administração dos municípios brasileiros ultrapassa o somatório dos orçamentos públicos do Uruguai e da Argentina, valor este de mais de R\$ 461 bilhões, que representa aproximadamente 25% de toda carga tributária brasileira, onde o Brasil tem na gestão das contas públicas, a principal questão

econômica do país, ocorrendo mesmo o país possuindo uma das maiores cargas tributárias do mundo. É fundamental a análise da utilização dos recursos que estão sob a competência das prefeituras.

3.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM

A metodologia aplicada na elaboração do IFDM, permite uma melhor precisão na determinação dos avanços pertinentes ao desenvolvimento do município, provocados por uma política realizada em áreas específicas. Para tanto, o índice é composto por três áreas, Educação, Emprego e Renda, e Saúde, com igual ponderação, peso individual de 33,3% utilizando apenas estatísticas oficiais publicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde (FIRJAN, 2018).

O IFDM Emprego e Renda, na dimensão da renda procura acompanhar a geração e distribuição no mercado de trabalho do município, enquanto no âmbito do emprego busca analisar o potencial de criação de emprego formal e o grau de entrada da mão de obra local. É relacionado estas duas dimensões com pesos iguais, cada uma representa 50% do IFDM Emprego e Renda, com base nos dados fornecidos nos registros do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estes do Ministério do Trabalho, e projeções oficiais de população do IBGE.

O IFDM Educação busca medir o nível da educação a partir da qualidade do ensino fundamental e infantil, este sendo público ou privado. Este índice é formulado com base nos dados oriundos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação, através dos seguintes indicadores, abandono no ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, nota do Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (IDEB), distorção idade-série do ensino fundamental, do ensino fundamental, atendimento à educação infantil e média de horas-aula diária no ensino fundamental.

O IFDM Saúde baseia-se nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), todos do DATASUS - Ministério da Saúde. Para fazer a análise sobre as competências municipais sobre a saúde básica são verificados alguns indicadores como os óbitos infantis por causas evitáveis, internações sensíveis à atenção básica, proporção de atendimento adequado de pré-natal e os óbitos por causas mal definidas.

Para facilitar o diagnóstico do índice a leitura dos resultados é simples, o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento da localidade. Para melhor compreensão, os resultados são classificados como o anunciado abaixo:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

4 A AGENDA 2030 EM PERSPECTIVA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA/PB

4.1 Aspectos demográficos e sociais de Santa Rita

O estado da Paraíba é dividido em 223 municípios, que estão distribuídos em 23 Microrregiões e quatro Mesorregiões. De acordo com os dados do IBGE (2019), o estado tinha uma população total estimada, no ano de 2016, de 3,9 milhões de habitantes. O PIB estadual no referido ano foi de R\$ 59 bilhões. A Microrregião de João Pessoa é uma das áreas mais importantes da economia estadual do ponto de vista de sua capacidade de produção de bens e serviços e na dimensão de seu mercado formal de trabalho. Além de incorporar a capital do estado, a Microrregião foi responsável, no ano de 2016, por 42,97% do PIB estadual e representou 28,46% da população total.

Entre os seis municípios que compõem essa Microrregião está Santa Rita. O município é de grande importância na economia estadual, pelo porte de seu setor industrial, pois agrega diversos empreendimentos no setor, e pela produção agropecuária, que tem um peso relevante na produção de cana de açúcar e de abacaxi, em 2016, de acordo com os dados do IBGE (2019), o município apresentou a segunda maior produção do Estado para estes dois produtos agrícolas..

A história de Santa Rita está diretamente associada à conquista da Paraíba ainda no século XVI. No ano de 1580, segundo as informações contidas no site da Prefeitura⁵, foi construído o Mirante do Atalaia, o primeiro forte da região, que era utilizado como local de observação para os portugueses. Em paralelo a esta edificação, foi construído o Engenho Real Tibiry, um engenho movido à água, de alta tecnologia para o período. O nome Tibiry procede de uma tribo indígena habitante dessa região.

Santa Rita, além de ser o segundo mais antigo núcleo de povoamento da Paraíba, foi a primeira cidade do estado a receber uma instalação fabril. A Companhia de Tecidos Tibiry (CTP), localizada onde hoje é a ‘Praça do Povo’, foi inaugurada em 1892. Na época, ocupava em suas instalações por volta de 260 empregos diretos, criou uma Vila Operária, além de atrair pessoas de todas cidades e estados vizinhos em busca de emprego, colaborando para surgimento de bairros e a ampliação da cidade. Santa Rita chegou a ter quase 30 engenhos de açúcar, ficando atrás apenas de Pernambuco na região Nordeste (IBGE, 2019).

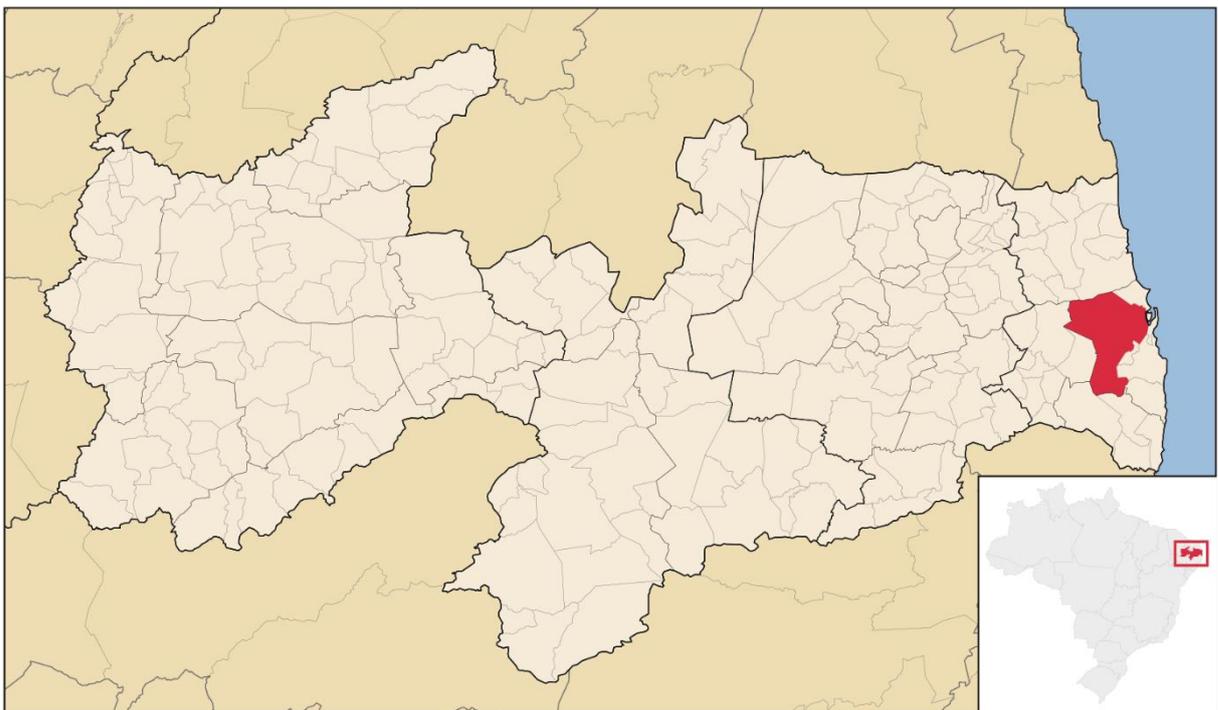
O núcleo de povoamento foi nomeado primeiramente de Cumbe, que significa ‘pequeno povoado ou povoado distante’, palavra do dialeto banto, de Angola. Era um engenho que

⁵ Ver <https://www.santarita.pb.gov.br/>

posteriormente, ainda no século XVIII, recebeu o nome de Usina Santa Rita, devido ao fato de seu proprietário ser devoto de Santa Rita de Cássia. Santa Rita passou pela condição de engenho, vila, freguesia, paróquia e finalmente, um ano depois da proclamação da República brasileira, recebeu sua emancipação em 19 de março de 1890 (IBGE, 2019).

Santa Rita está localizada na Mesorregião da Zona da Mata do Estado da Paraíba e integra a Microrregião de João Pessoa, juntamente com os municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Lucena. A localização no estado pode ser visualizada no mapa (Figura 3).

Figura 3 - Localização geográfica do município de Santa Rita – PB

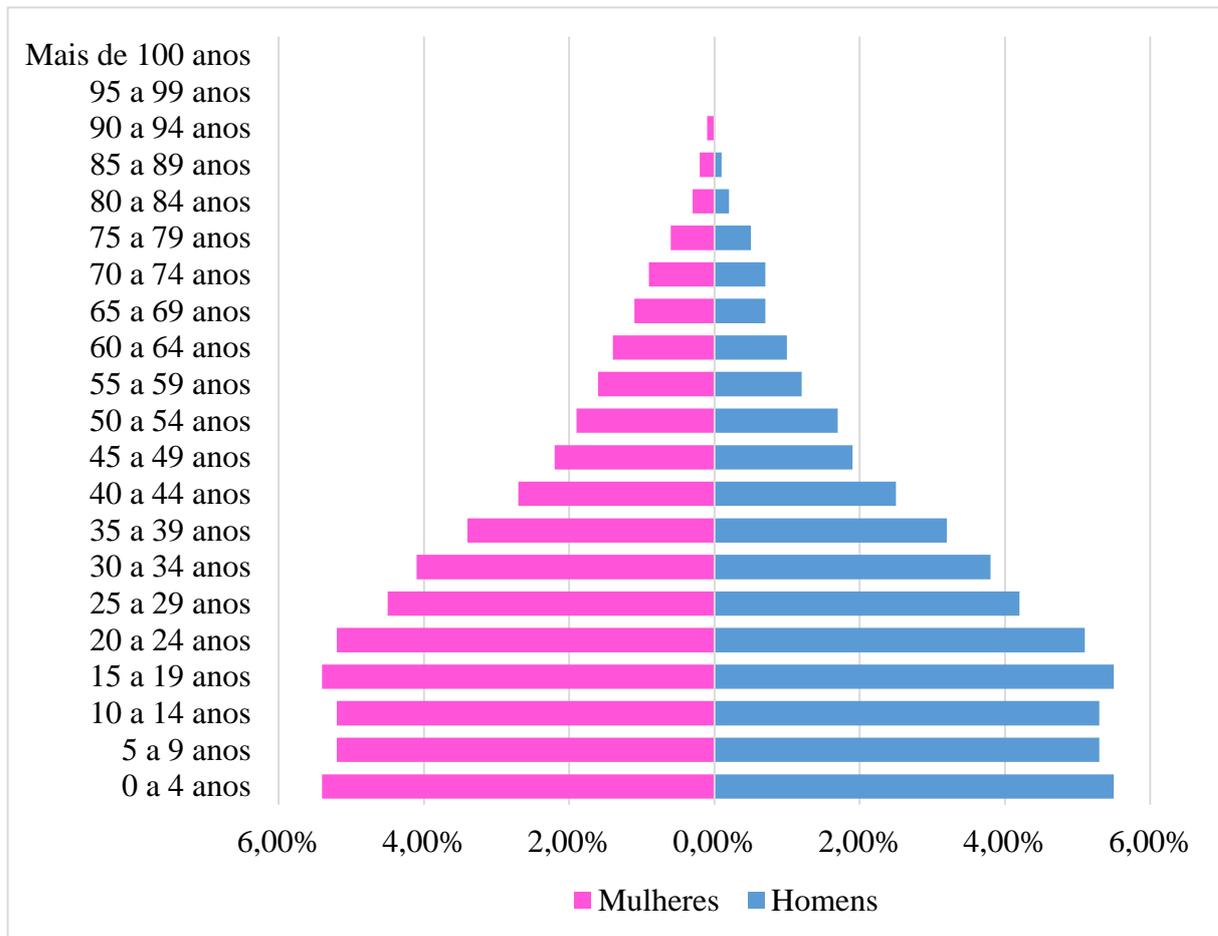


Fonte: Wikipédia (2019)

De acordo com o IBGE (2019), Santa Rita possuía uma população de 120.310 habitantes em 2010, onde apenas 13,79% destes ocupam as zonas rurais, distribuídos numa área total de 730.205 km². Sendo o município que possui a maior área territorial e a segunda maior população de sua mesorregião.

É possível visualizar a evolução da composição populacional do município, comparando as pirâmides etárias dos últimos dois censos demográficos, realizados respectivamente nos anos de 2000 e 2010, representadas nos Gráficos 1 e 2. Estes dados também permitem verificar se houve mudança na Relação de Dependência (RD) da população de Santa Rita.

Gráfico 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Santa Rita (PB) - 2000

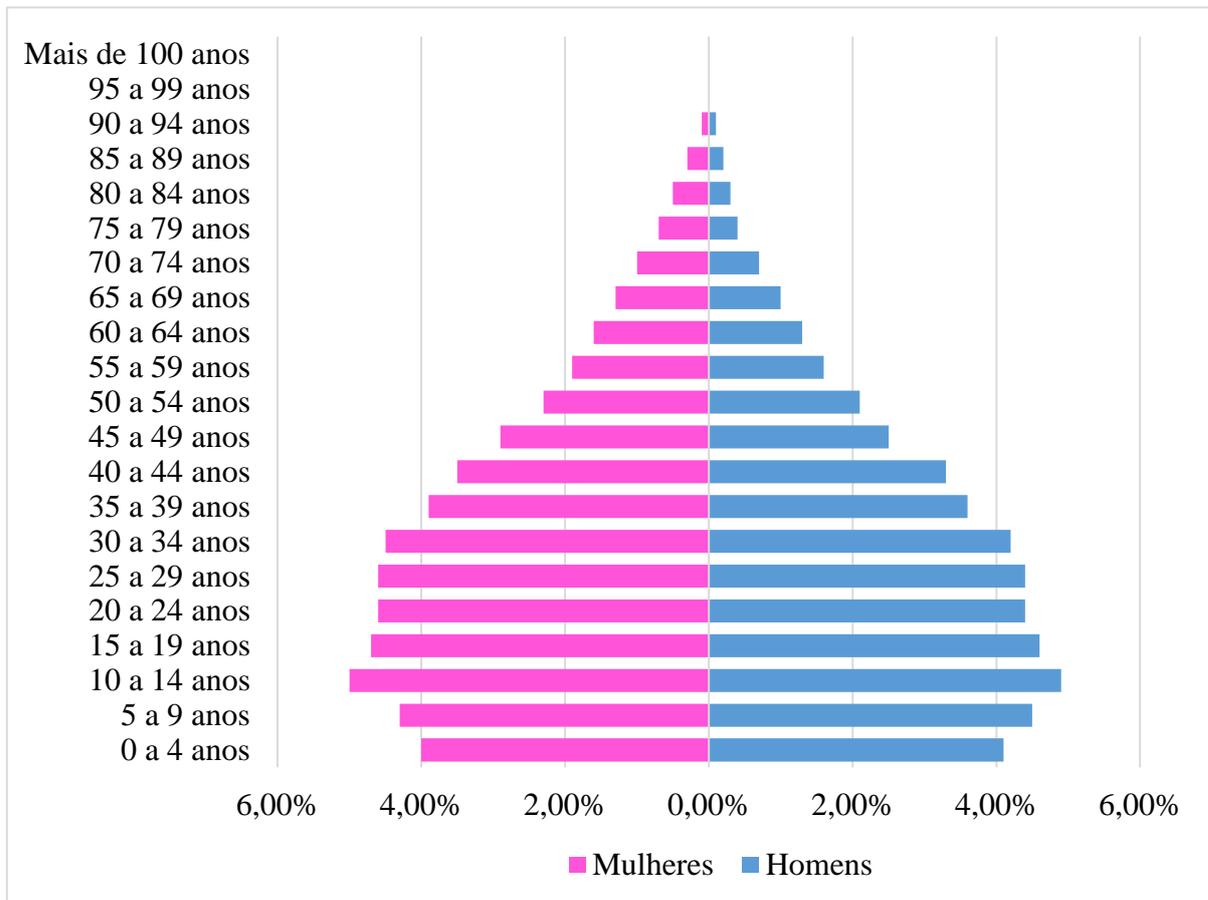


Fonte: IBGE (2019)

Segundo Alves (2008), é possível obter a RD de uma determinada região com a soma da população de crianças/adolescentes e idosos, definidos como população 'dependente', dividida pela população adulta, deliberada como população potencialmente produtiva ou População em Idade Ativa (PIA). A literatura define as crianças e adolescentes que possuem idade de 0 a 14 anos, os adultos com idade de 15 a 64 anos e os idosos como as pessoas acima de 65 anos.

Uma menor relação de dependência é denominada na literatura como janela de oportunidade ou bônus demográfico. Economicamente, essa janela de oportunidade implica em um maior número de pessoas geradoras de força de trabalho que podem produzir e pagar impostos melhorando a economia da região.

Gráfico 2 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Santa Rita (PB) – 2010



Fonte: IBGE (2019)

De acordo com os Gráficos 1 e 2, é observável que em 2000, 31,9% da população era composta por crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos. Em 2010, esse percentual caiu para 26,8%. Em contrapartida, a população composta por pessoas acima de 65 anos aumentou de 5,4%, em 2000, para 6,6% em 2010. A população em idade ativa também aumentou de 62,5%, em 2000, para 66,5% em 2010.

Esses dados mostram que houve uma melhora na relação de dependência do município ao longo destes anos. Assim, de acordo com a teoria, Santa Rita teve, em 2010, uma maior janela de oportunidade econômica, devido a maior composição de indivíduos economicamente ativos na população do município. Entretanto, alguns fatores como a qualidade da educação, qualificação e produtividade dos indivíduos podem ser decisivos no aproveitamento desta janela de oportunidade.

Segundo o IBGE (2019), em 2010, 62,4% da população com mais de 10 anos de idade, não possuía instrução ou tinha apenas o ensino fundamental incompleto. Nesse mesmo ano,

apenas 2,2% da população possuía ensino superior completo. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Santa Rita apresentava as respectivos notas 3,3 e 2,4 para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Com essas notas, o referido município ocupava as 149^a e 205^a posições do *ranking* estadual do IDEB em 2009.

Houve uma pequena melhora nas notas do IDEB para aos anos iniciais e finais do ensino fundamental no município, que passou para 4,0 e 2,9 respectivamente em 2017. No entanto, no *ranking* estadual, a posição do município caiu em relação aos anos iniciais para a 188^a posição.

Comparando os indicadores educacionais de Santa Rita com os demais municípios da Microrregião de João Pessoa, constata-se que, em 2017, o mencionado município apresentou a nota do IDEB mais baixa nos anos iniciais do ensino fundamental, enquanto ocupou a segunda pior posição quanto a nota do IDEB para os anos finais de ensino fundamental.

Tabela 1 - Indicadores educacionais Microrregião de João Pessoa - 2017

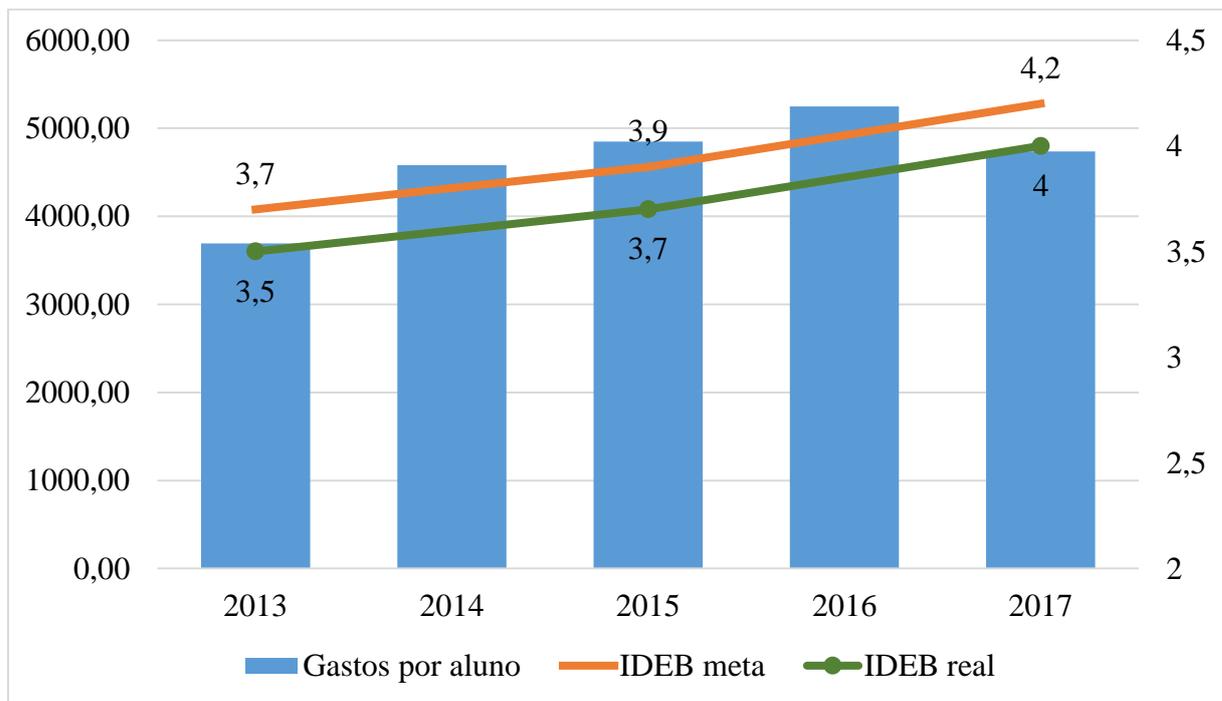
Indicadores	Santa Rita	Bayeux	Lucena	Cabedelo	Conde	João Pessoa
Nota do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental	4,0	4,4	4,2	4,8	4,2	4,9
Nota do IDEB nos anos finais do ensino fundamental	2,9	2,8	3,4	2,5	3,7	3,9
Matrículas no ensino fundamental	20.611	13.047	2.434	6.689	4.831	95.468
Matrículas no ensino médio	5.184	3.599	349	1.647	829	29.167

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IDEB (2017)

O Gráfico 3 relaciona a evolução dos gastos anuais por aluno e as notas obtidas pelo IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental em Santa Rita, comparando com as metas definidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o período. É possível identificar uma tendência de crescimento para os gastos anuais por aluno entre os anos de 2013 a 2016 assim como houve um aumento da nota do IDEB no período.

Entretanto, mesmo com a elevação da nota, em nenhum dos anos a meta foi alcançada. Além disso, também não foi reduzido o hiato entre a nota real e a meta do IDEB.

Gráfico 3- Evolução do IDEB por despesas em educação por aluno (Unidade: R\$), anos iniciais do ensino fundamental para o município de Santa Rita - 2013 a 2017



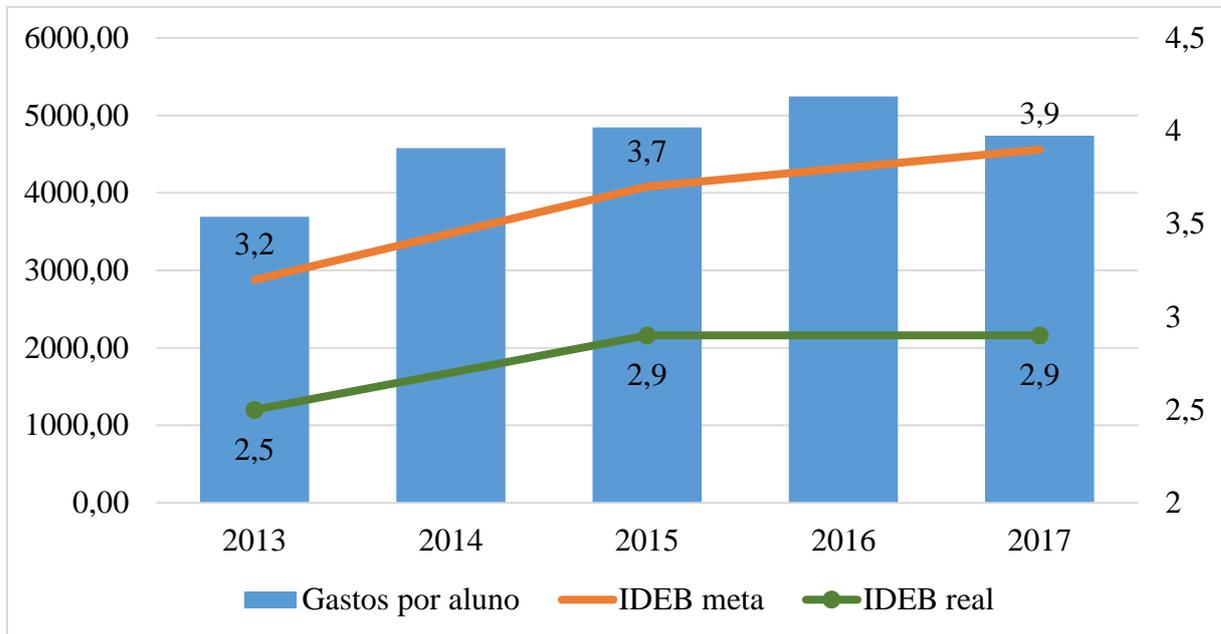
Fonte: STN e IDEB, INEP.

Já no Gráfico 4, verifica-se a relação entre o gastos anuais por aluno em Santa Rita, para os anos finais do ensino fundamental, com as notas alcançadas e as metas do IDEB. Neste caso, a situação de Santa Rita é bem mais delicada. Além de apresentar uma diferença bem maior entre a meta e a nota real, em relação ao observado para os anos iniciais do ensino fundamental, esta lacuna é ampliada ao passar dos anos, mesmo com o aumento da despesa anual por aluno.

É oportuno frisar que o ODS 4 ‘Educação de Qualidade’ reafirma a educação como um importante instrumento para o alcance do desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, alguns indicadores educacionais de Santa Rita ainda estão insatisfatórios e comprometem o alcance de uma educação inclusiva e de qualidade.

Constata-se que a Prefeitura de Santa Rita ampliou a destinação de recursos orçamentários para a área da educação, no hiato temporal analisado, mas a garantia de que todos os meninos e meninas conseguiram completar o ensino primário com resultados de aprendizagem relevantes e eficazes não foi alcançada.

Gráfico 4- Evolução do IDEB por despesas em educação por aluno (Unidade: R\$), anos finais do ensino fundamental para o município de Santa Rita - 2013 a 2017



Fonte: STN e IDEB, INEP.

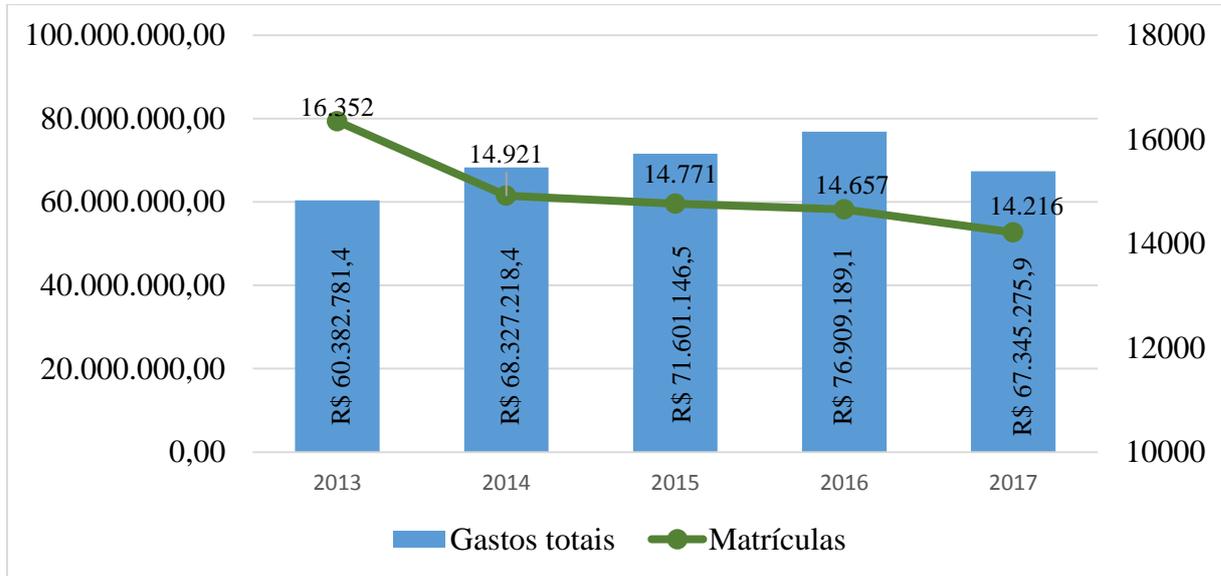
Como forma de complementar a análise, é possível verificar, no Gráfico 5, a evolução das matrículas nas escolas públicas municipais de Santa Rita e o gasto total da Prefeitura do município de Santa Rita com educação entre os anos de 2013 a 2017.

Vê-se que há uma dinâmica contraditória nessa importante atribuição constitucional do município de oferecer escolas municipais de ensino fundamental. Os gastos totais com educação passaram de R\$ 60,3 milhões, em 2013, para R\$ 76,9 milhões em 2016. Por outro lado, o número de matrículas apresentou uma queda, nos referidos anos, que passou de 16.352 matrículas para 14.771.

Com a análise desses dados, se observa uma baixa eficiência na utilização dos recursos da educação no município de Santa Rita. Mesmo com a redução do número de alunos e aumento dos gastos, não foi possível visualizar melhoras nos resultados, pelo contrário, nos anos finais do ensino fundamental, a nota do IDEB piorou.

Tendo-se em conta que os gastos públicos destinados para a educação, no âmbito dos municípios, devem estar comprometidos, segundo o ODS 4, com o acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, na educação pré-escolar e no ensino fundamental, os indicadores educacionais em Santa Rita precisam apresentar melhores resultados.

Gráfico 5 - Evolução das matrículas em escolas públicas municipais com o gasto total com educação do município de Santa Rita - 2013 a 2017



Fonte: STN e IDEB, INEP.

De acordo com dados do IBGE (2019), em 2010, Santa Rita apresentou a taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade, de 96,3%. Em relação aos demais municípios da Microrregião de João Pessoa, o município exibiu o terceiro pior resultado.

Como pode ser visto na Tabela 2, em 2015, havia no município de Santa Rita 1.035 docentes no ensino fundamental. Já no ensino médio, o município possuía, nesse mesmo ano, apenas 18 estabelecimentos. Santa Rita apresenta o segundo maior resultado em todos os indicadores, ficando atrás apenas da capital do estado, João Pessoa.

Tabela 2 - Estabelecimentos de ensino e docentes da Microrregião de João Pessoa – 2015 e 2017

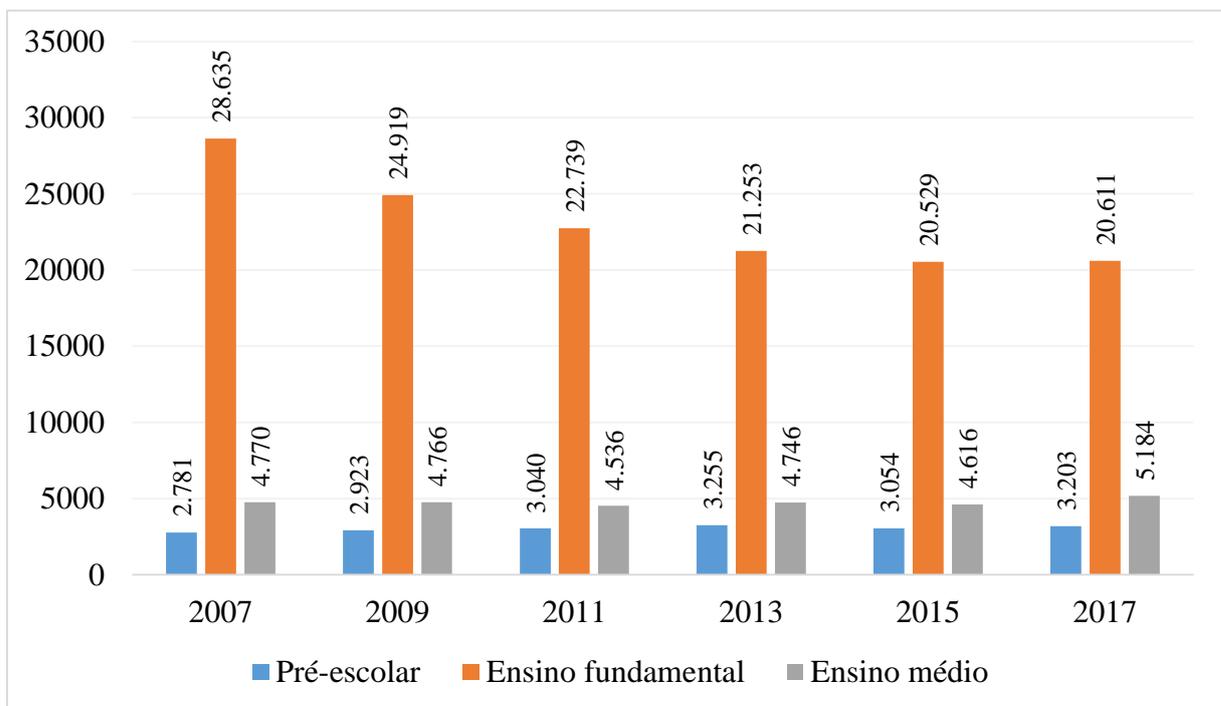
Indicadores	João Pessoa	Cabedelo	Santa Rita	Bayeux	Conde	Lucena
Docentes no ensino fundamental (2015)	5.121	422	1.035	778	229	151
Docentes no ensino médio (2017)	1.980	119	321	256	41	26
Número de estabelecimentos de ensino fundamental (2017)	351	115	115	88	31	15
Número de estabelecimentos de ensino médio (2017)	109	7	17	14	1	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IDEB (2017)

A Tabela 2 é um comparativo entre os municípios da Microrregião de João Pessoa. Este resultado, entretanto, é reflexo do tamanho da população do município, não mensurando qualitativamente o ensino.

No gráfico 6, percebe-se uma significativa queda de matrículas no ensino fundamental no município de Santa Rita. Entre os anos de 2007 e 2017, houve um declínio em termos percentuais de 28% nas matrículas. Por outro lado, ocorreu um aumento no número de vagas ofertadas no ensino pré-escolar e no ensino médio. É oportuno grifar que a garantia que todos os jovens estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico em matemática é uma das do ODS 4.

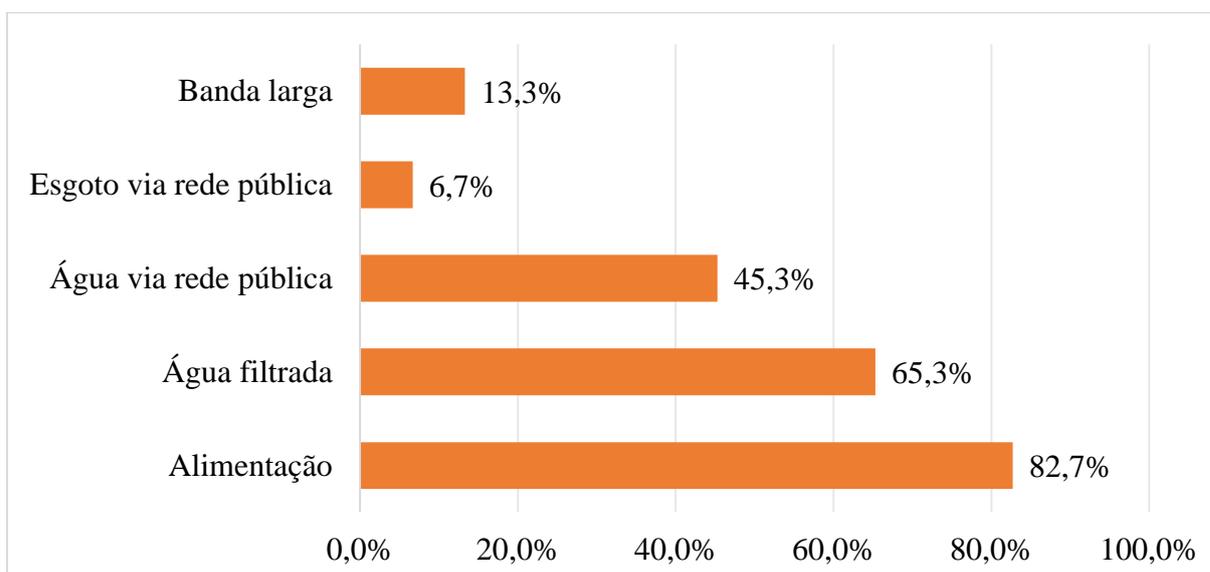
Gráfico 6 - Matrículas por nível de ensino em Santa Rita - 2007 a 2017



Fonte: IBGE (2019)

Uma forma de analisar a qualidade das escolas públicas municipais é verificar o acesso dos alunos a infraestrutura e serviço. No Gráfico 7, pode-se visualizar a ausência de alguns itens básicos nas escolas municipais de Santa Rita. De acordo com os dados do INEP, em 2017, havia apenas 173 computadores disponíveis para os 14.216 alunos matriculados nas escolas do município, sendo que só 13,3% das escolas tinham acesso à internet banda larga. Os dados de infraestrutura são ainda mais alarmantes: 34,7% dos alunos sequer tinham acesso a água filtrada e apenas 6,7% das escolas tinham acesso a esgoto via rede pública.

Gráfico 7 - Acesso a infraestrutura e serviços nas escolas municipais de Santa Rita - 2017



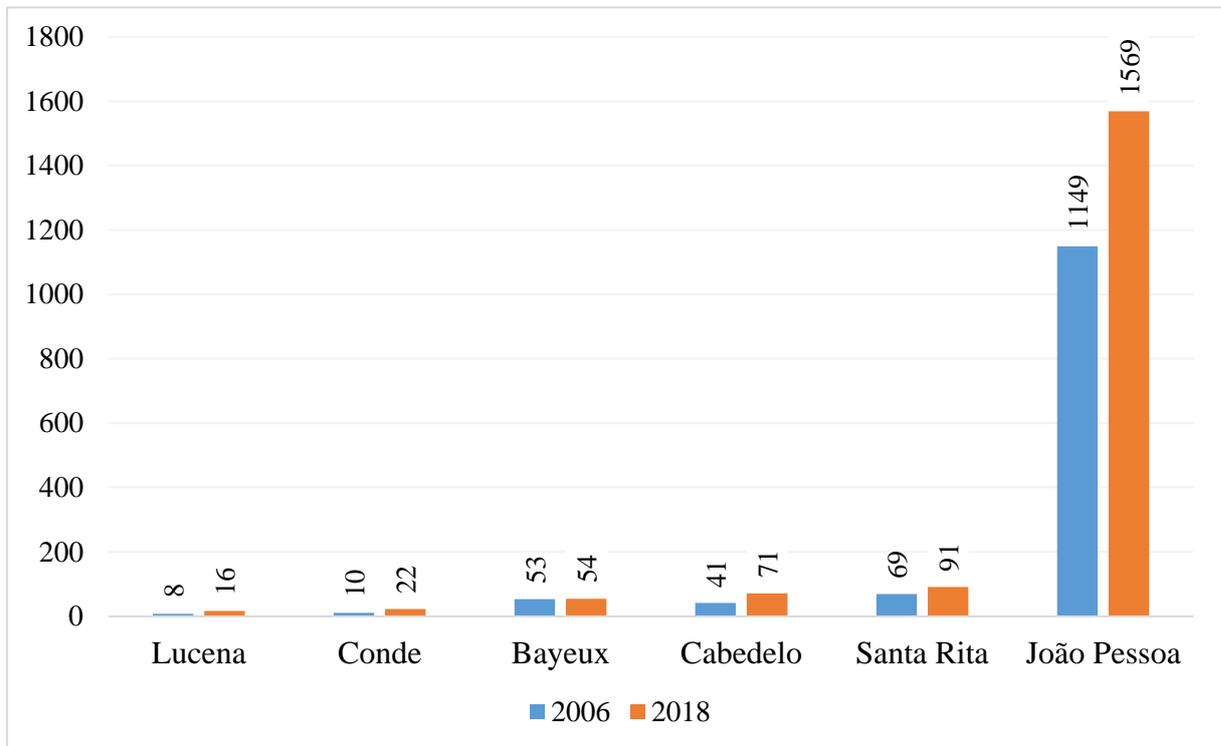
Fonte: INEP (2019).

Pode-se aludir, a partir dos indicadores analisados, que a relação entre as despesas municipais com educação, parametrizadas por aluno, e o resultado de aprendizagem que os alunos estão obtendo no município de Santa Rita, nos anos de 2007 a 2017, não foram satisfatórios. Aliado a isto, o município não atingiu as metas do IDEB para o Ensino Fundamental tanto nos anos iniciais como nos anos finais.

Outro importante aspecto que influencia o perfil demográfico e a qualidade de vida da população é o acesso ao sistema de saúde. O ODS 3 – Saúde e Bem Estar propõe metas integradas que vê a promoção da saúde como fundamental ao fomento das capacidades humanas.

De acordo com o DATASUS, Santa Rita ocupou, em 2006, o 7º lugar no *ranking* estadual no que se refere a quantidade de estabelecimentos de saúde. Em 2016, o município subiu para a 6ª posição, com um total de 87 estabelecimentos. Em relação à Microrregião de João Pessoa, durante todo o período analisado, Santa Rita se manteve em segundo lugar, como pode ser visualizado no Gráfico 8. Entretanto, ao se observar a proporção de estabelecimentos de saúde em relação a população, o município apresenta uma situação relativamente pior. Santa Rita tem uma relação de 1.492 habitantes por estabelecimento, o que representa aproximadamente três vezes mais pessoas por estabelecimentos de saúde do que a capital João Pessoa, que por sua vez, apresentou 510 habitantes por estabelecimento.

Gráfico 8 – Municípios da Microrregião de João Pessoa: estabelecimentos de saúde SUS - 2006 e 2018



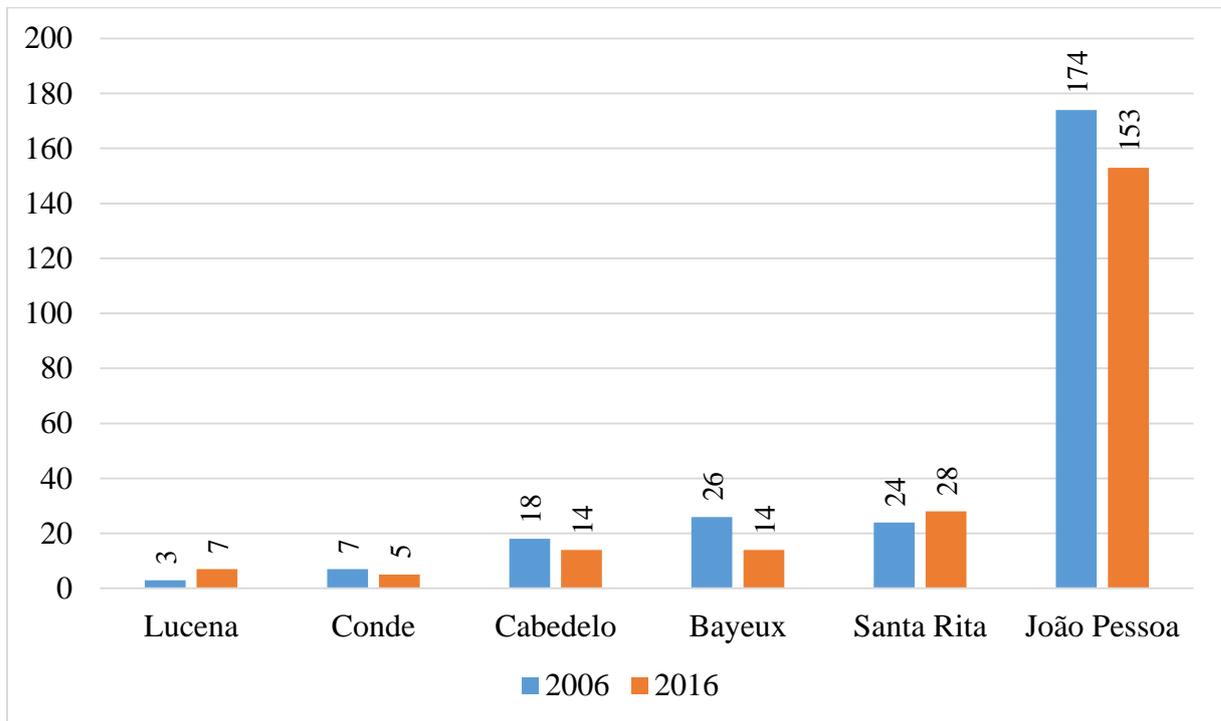
Fonte: DATASUS (2019)

No que tange a mortalidade geral, ainda de acordo com o DATASUS, o município teve o terceiro maior índice de óbitos por residência no ranking estadual de 2006 a 2016. Ao analisar a evolução histórica desse indicador, verifica-se que o município apresentou a maior taxa percentual de crescimento no número de óbitos por residência, uma variação percentual de 58,47%.

No tocante a mortalidade infantil, de 2006 a 2016, Santa Rita foi, em quase todo hiato temporal, com exceção dos anos de 2006, 2011 e 2014, o terceiro município com maior incidência de óbitos infantis por residência da Paraíba. Já em relação aos municípios da Microrregião de João Pessoa, Santa Rita foi o segundo que mais apresentou óbitos desta categoria, ficando atrás apenas da capital. É possível visualizar um comparativo entre os anos de 2006 e 2016 para os municípios da Microrregião de João Pessoa no Gráfico 9.

É importante ressaltar que alguns casos de óbitos registrados poderiam ter sido evitados por meio de políticas públicas de prevenção e tratamento de doenças, campanhas de vacinação e de imunização mais eficazes assim como cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

Gráfico 9 - Municípios da Microrregião de João Pessoa: óbitos infantis por residência - 2006 e 2016



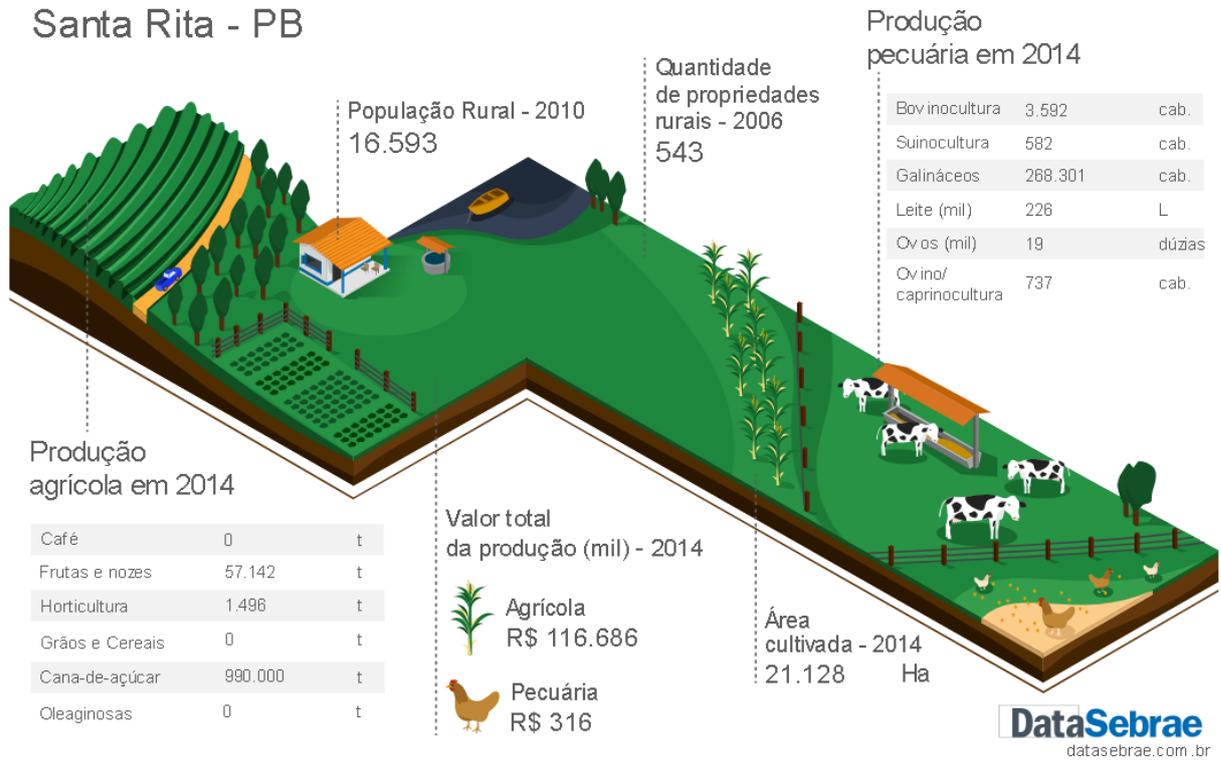
Fonte: DATASUS (2019)

De acordo com os dados da saúde pública do município, Santa Rita apresentou uma razoável quantidade de estabelecimentos de saúde em relação aos demais municípios do estado. Todavia, a proporção de estabelecimentos de saúde em relação a população total do município é baixa comparativamente a de outras localidades. Além disto, o município apresentou péssimos indicadores de mortalidade geral e infantil.

4.2 Perfil das atividades econômicas locais

Santa Rita está entre os 10 municípios com maior área territorial do estado. Parte significativa do território do município é utilizada pelo setor agropecuário. A população rural do município, em 2010, era de 16.593 habitantes. Como pode ser observado na Figura 4, de acordo com dados do DataSebrae, o município possuía 21.128 hectares de área cultivada no ano de 2014. O setor agrícola foi responsável por uma produção de R\$116,68 milhões, enquanto a pecuária produziu um montante de R\$316 mil. A lavoura mais relevante na produção agrícola municipal era cana-de-açúcar, com uma produção de 990 mil toneladas no referido ano.

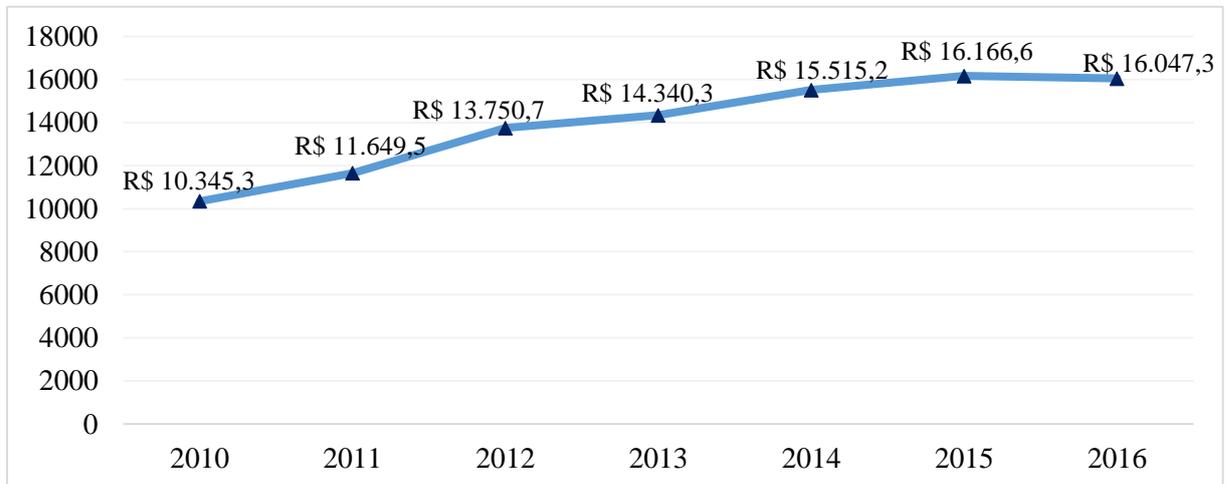
Figura 4 - Santa Rita – PB: infográfico das características do agronegócio - 2014



Fonte: DataSebrae (2019)

O Produto Interno Bruto de Santa Rita correspondia, no ano de 2016, ao 4º maior PIB do estado da Paraíba, o equivalente ao montante de R\$ 2,18 bilhões, enquanto seu PIB per capita representava o 9º maior do estado, o que correspondia a R\$ 16.047,33, como pode ser visto no Gráfico 10.

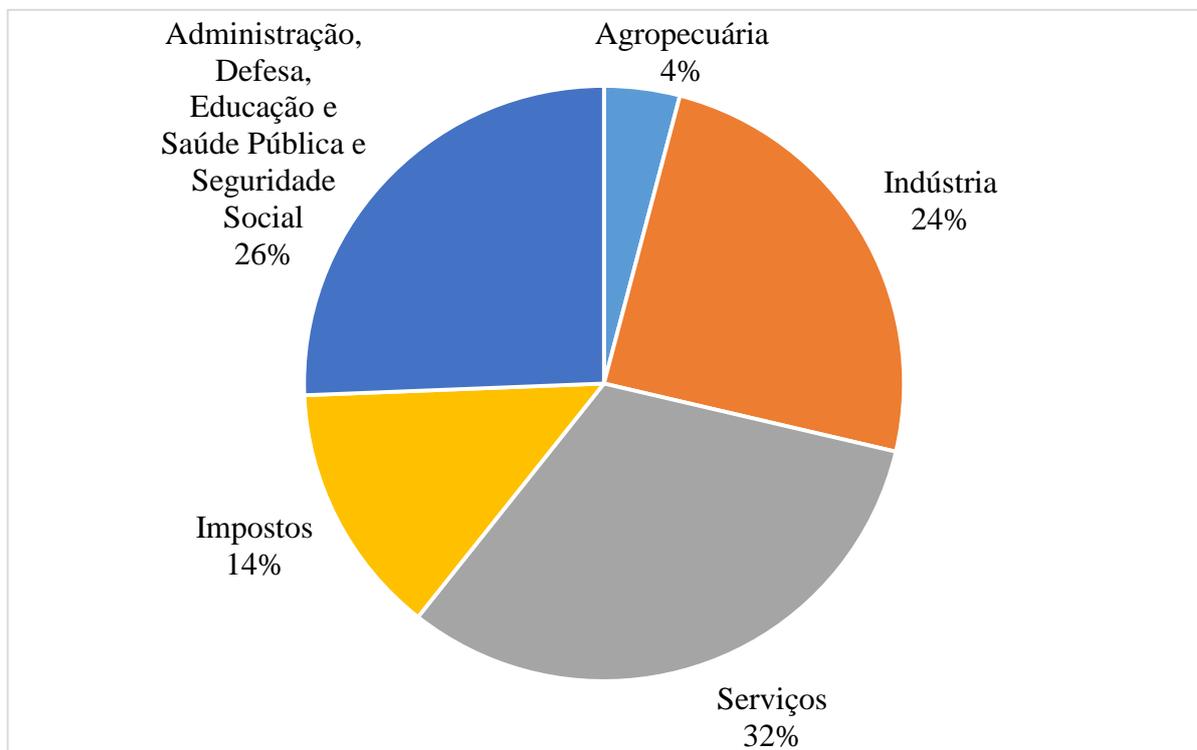
Gráfico 10 - PIB per capita em Santa Rita – 2010 a 2016 (Unidade: R\$)



Fonte: IBGE (2019)

Entre os setores que compõem o PIB de Santa Rita, verifica-se, segundo o IBGE (2019), que as atividades relacionadas ao setor de serviço correspondiam, em 2016, a 32 % da geração de bens e serviços finais no município, o qual contribuiu com o montante de R\$ 697,24 milhões, como descrito no Gráfico 11, seguido do setor industrial que detinha 24,6% do PIB municipal. Entretanto, o destaque vai para o setor agropecuário, onde o município apresentou, em 2016, a segunda maior produção do estado, ficando atrás apenas do município de Pedras de Fogo.

Gráfico 11 – Percentual do valor adicionado a preços correntes por setores no PIB de Santa Rita – 2016



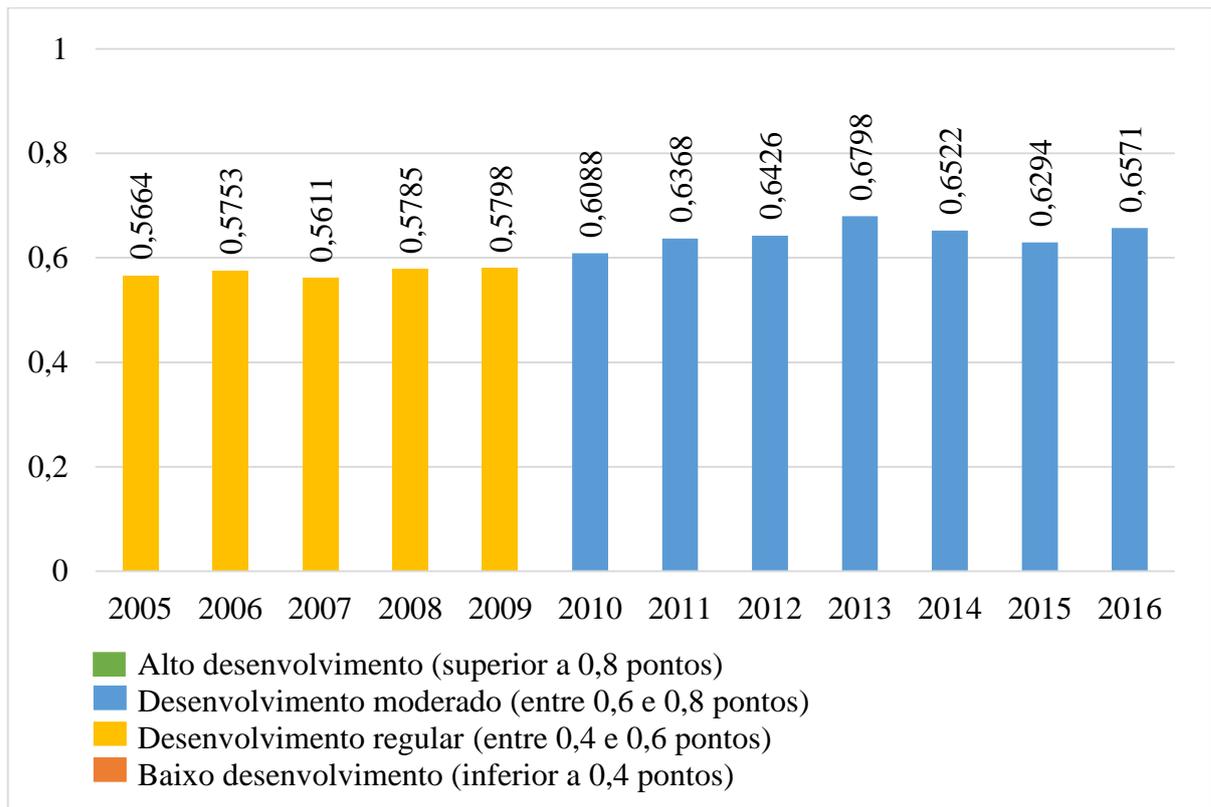
Fonte: IBGE (2019)

Os indicadores econômicos até aqui apresentados revelam que Santa Rita desempenha um papel importante na Microrregião que está situada, seja na formação do PIB do estado ou em sua representatividade em setores importantes. Entretanto, como já visto, apenas dados econômicos não são suficientes para mensurar o desenvolvimento. Índices de desenvolvimento municipal como os divulgados pelo Sistema FIRJAN podem ser utilizados como uma ferramenta mais completa para a análise do desenvolvimento de um município.

Santa Rita apresentava, de acordo com os dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2018), em 2009, um IFDM consolidado de 0.5798, o que representava um desenvolvimento regular.

Nesse período, o município ocupava a 55ª posição no *ranking* estadual. Só a partir de 2010, passou a ter um IFDM consolidado no nível de desenvolvimento moderado. O ápice do índice ocorre em 2013, com o valor de 0.6798. A partir desse ano, o índice muda de tendência e começa a apresentar valores mais baixos a cada ano, só voltando a subir no ano de 2016, com um IFDM de 0.6571, como demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Evolução anual IFDM consolidado: Santa Rita - 2005 a 2016



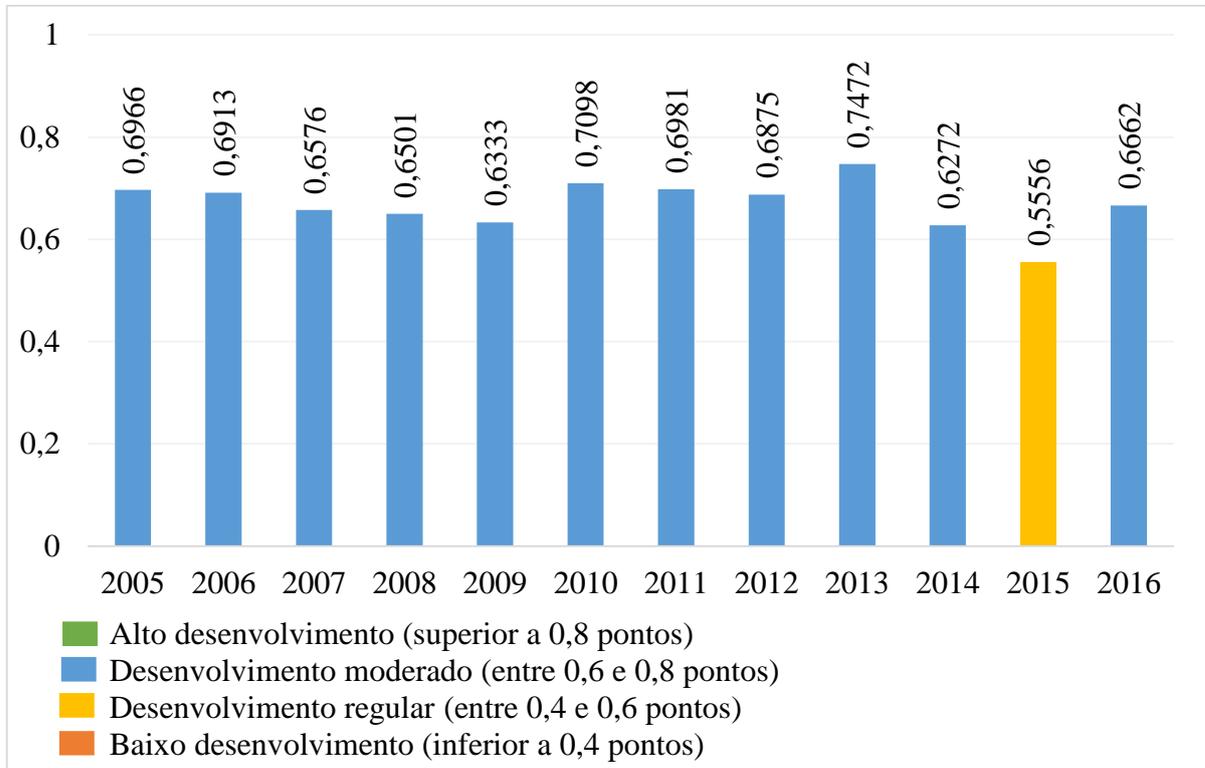
Fonte: FIRJAN (2018)

A única área do IFDM que não sofreu queda de 2010 a 2016, foi o IFDM saúde, apresentando os valores de 0.6443, em 2010, e 0.7633, em 2016. Mesmo com a melhora no valor do índice, quando comparado com os demais municípios paraibanos, é possível constatar que houve uma piora relativa, visto que, enquanto ocupava a 96ª posição, em 2010, passou a ocupar a 121ª posição no *ranking* estadual.

O IFDM emprego e renda é a dimensão do índice de Santa Rita que apresenta a melhor posição no *ranking* estadual, ocupando a 3ª posição, com o valor de 0.6662, em 2016, mesmo que este resultado seja inferior aos valores encontrados em 2005. Como demonstrado no Gráfico 13, o referido município, de 2005 a 2016, só apresentou desenvolvimento regular no

ano de 2015, nos demais, Santa Rita obteve um IFDM emprego e renda com desenvolvimento moderado.

Gráfico 13 - Evolução anual IFDM Emprego e Renda: Santa Rita - 2005 a 2016



Fonte: FIRJAN

Já para o IFDM educação, Santa Rita apresentou, em 2016, o 5º pior índice do estado, com o valor de 0.5417, representando um desenvolvimento regular. Apesar de apresentar melhores colocações no *ranking* estadual, de 2005 a 2007, o município apresentava índices no patamar de baixo desenvolvimento. Em 2007, o valor do IFDM educação foi apenas 0.3664.

Os dados do IFDM revelam que ao analisar o desenvolvimento do município de forma agregada, é possível constatar que Santa Rita possui um desenvolvimento ainda precário, em relação aos demais municípios paraibanos. O município apresenta péssimos indicadores em áreas cruciais como a educação e saúde, ocupando uma baixa colocação no *ranking* estadual do índice consolidado, mesmo apresentando bons indicadores de emprego e renda.

4.3 O mercado de trabalho local

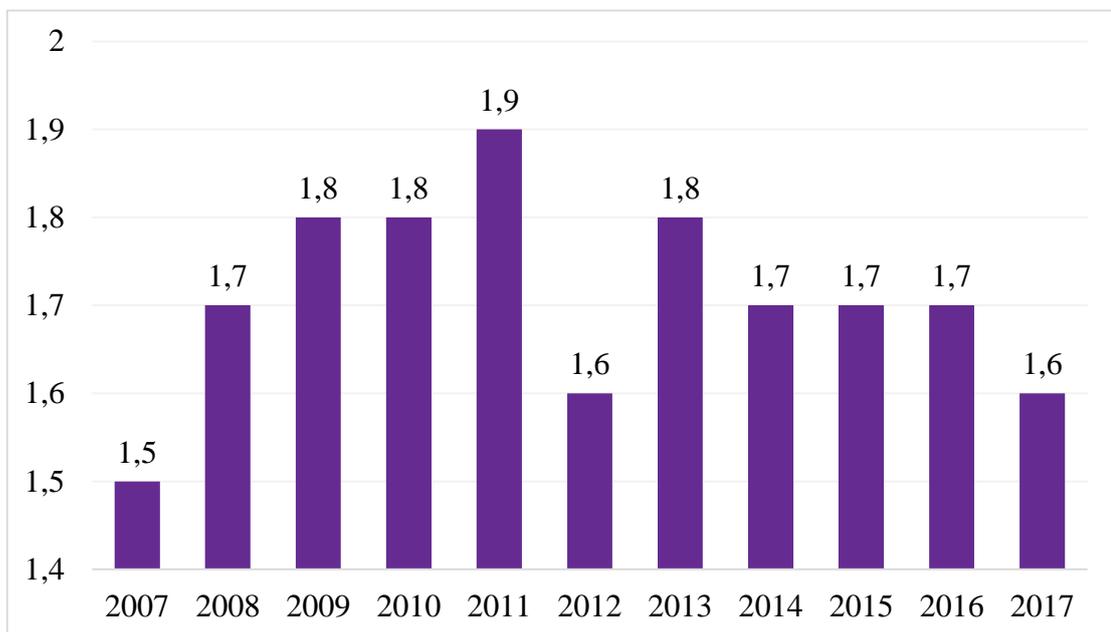
Em geral, o mercado de trabalho do município reflete os impactos da conjuntura macroeconômica do país e as especificidades da economia estadual. Entretanto, as

particularidades da composição do mercado de trabalho local podem revelar aspectos relevantes no que diz respeito ao desenvolvimento do município. Nesta seção, serão apresentadas algumas especificidades do mercado de trabalho de Santa Rita.

A Microrregião de João Pessoa é a que mais apresenta vínculos empregatícios no estado, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2019), essa área da economia estadual corresponde a 52% dos vínculos formais de trabalho na Paraíba. O município de João Pessoa contempla boa parte desses vínculos. Em 2016, foi responsável por 83,25% dos vínculos da Microrregião, seguido por Santa Rita, que, nesse mesmo ano, detinha 7% dos vínculos, totalizando 23.118 vínculos empregatícios no município.

Como pode ser visto no Gráfico 14, o salário médio mensal no mercado de trabalho formal de Santa Rita, de acordo com o IBGE (2019), apresentou algumas oscilações. Nos anos que vão de 2007 a 2011, houve uma melhora no nível médio salarial. Possivelmente, esse fenômeno esteja associado à implantação de novas unidades produtivas industriais no município e/ou expansão dos vínculos empregatícios pela prefeitura municipal.

Gráfico 14 - Salário médio mensal Santa Rita - 2007 a 2017 (Unidade: salários mínimos)



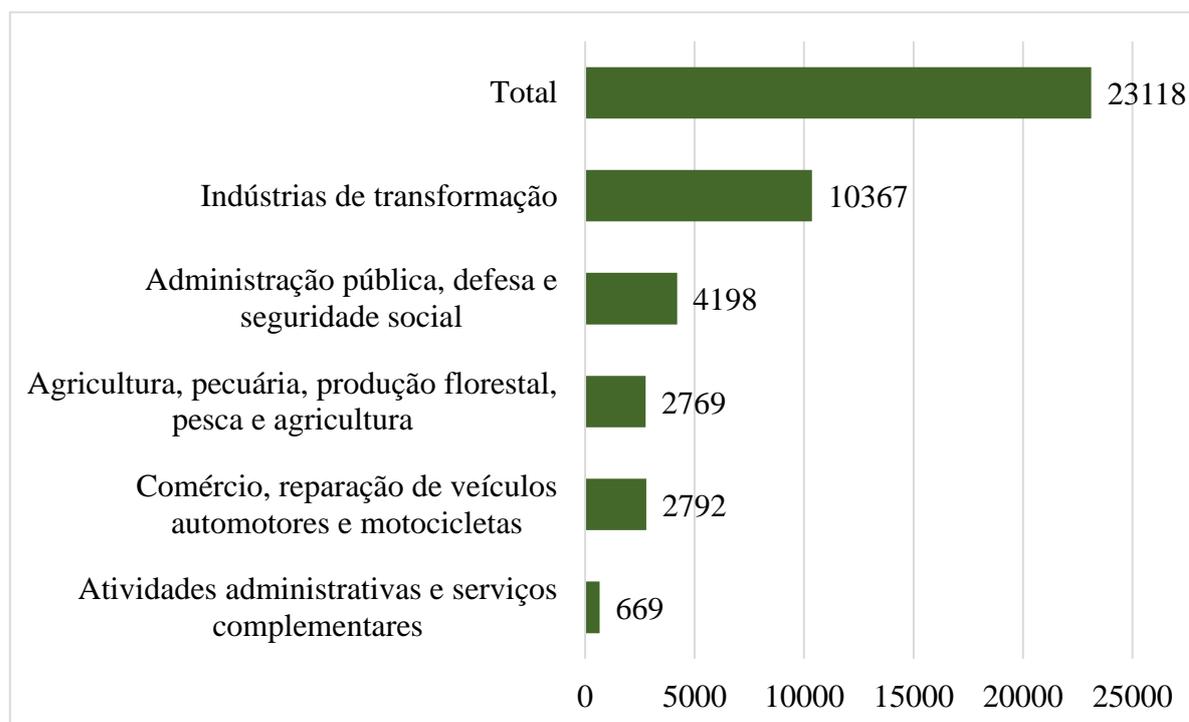
Fonte: IBGE (2019)

A partir de 2012, os salários médio mensais observados no mercado formal de trabalho do aludido município foram inferiores em relação à fase anteriormente citada. O período de crise da economia brasileira pode ter causado efeitos adversos para a dinâmica da economia local.

Segundo os dados do RAIS (2019), 87,1% dos empregos formais no município estavam concentrados em 4 segmentos de atividade econômica, como exposto no Gráfico 15. Assumiu destaque o setor da indústria de transformação, que deteve, no ano 2016, 44,8% dos empregos formais do município.

Ao se examinar a série histórica desse indicador, identifica-se mudanças significativas entre os segmentos de atividade. De 2010 para 2016, o setor de comércio aumentou sua quantidade de vínculos ativos de trabalho em 57,2%, enquanto o setor agropecuário sofreu uma redução de 18,5 %. Nos setores industrial e da administração pública ocorreu, respectivamente, uma elevação de 8,9% e 9% nesse mesmo período.

Gráfico 15 - Vínculos ativos por seção no município de Santa Rita – 2016 (Unidade: vínculos)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS (2019)

De acordo com dados do IBGE (2019) Santa Rita, em 2015, era o terceiro município paraibano com maior quantidade de pessoas ocupadas no mercado formal de trabalho, 22.764 pessoas, ficando atrás apenas de João Pessoa e Campina Grande. Em 2017, o número de pessoas ocupadas reduziu para 20.134, onde Santa Rita caiu para a 4ª posição do *ranking* estadual, sendo ultrapassado pelo município de Cabedelo. Mais uma vez, o contexto de retração da economia

nacional pode ter afetado a economia local, gerando uma quantidade maior de desligamentos em relação às admissões de mão-de-obra pelas empresas.

O ODS 8 ‘Emprego Decente e Crescimento Econômico’ procura estimular o crescimento econômico inclusivo, sustentável e emprego produtivo. Ao analisar os dados do mercado de trabalho do município, vê-se que Santa Rita apresenta dificuldades em cumprir o 8º objetivo da Agenda 2030.

4.4 A questão ambiental

A preservação ambiental está diretamente ligada à qualidade de vida da população, além de ser um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável. Como já mencionado nos capítulos anteriores, as questões que envolvem o meio ambiente e sua preservação vêm sendo amplamente debatidas desde a década de 1970 nas conferências internacionais promovidas pela ONU. Assim, para uma análise mais completa do desenvolvimento sustentável do município, se faz necessário atentar para seus aspectos ambientais.

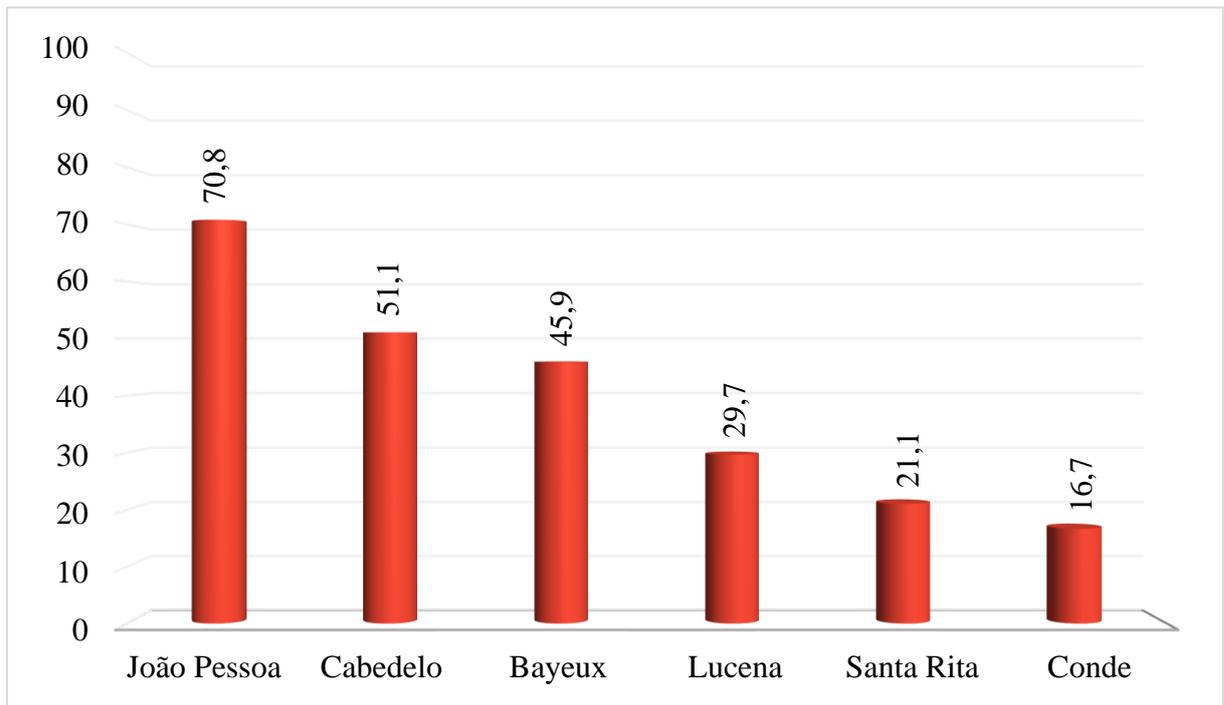
De acordo com os dados do IBGE, em 2000, 77,2% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água com canalização em pelo menos um cômodo. Em 2010, esse percentual aumentou para 85,3%.

Em 2000, 28% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada, seja rede geral ou fossa séptica. No entanto, em 2010, essa proporção caiu para 21,1%. Em relação à coleta de resíduos sólidos, em 2000, 92,7% dos moradores urbanos tinham acesso a esse serviço público, em 2010, esse percentual passou para 94,2%. Conforme o Censo Demográfico realizado em 2010, Santa Rita apresentava arborização em 69% de suas vias públicas, enquanto apenas 3,6% dessas vias eram urbanizadas. A urbanização precária, como a falta de acessibilidade e saneamento compromete a qualidade de vida da população.

Em comparação com os demais municípios da Microrregião de João Pessoa, Santa Rita tem a segunda menor taxa de domicílios com esgotamento sanitário adequado, ficando à frente apenas do município do Conde que, em 2010, apresentou uma taxa de 16,7%.

Os municípios que apresentaram os melhores resultados foram João Pessoa e Cabedelo que, neste mesmo ano, apresentaram respectivamente 70,8% e 51,1% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, como pode ser visto no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Municípios da Microrregião de João Pessoa: percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado - 2010



Fonte: IBGE (2019)

Em 2018, a prefeitura de Santa Rita divulgou um plano municipal de saneamento, visando cumprir a Lei federal 11.445/07, que estabelecia diretrizes para o saneamento básico. A gestão local anunciou que seria implantado um Plano Diretor de Saneamento Integrado do município com o intuito de estabelecer estratégias, metas, objetivos e programas de ações de curto, médio e longo prazo, baseando-se do diagnóstico previamente realizado.

Segundo a Prefeitura municipal de Santa Rita (2018), foi diagnosticado que o sistema de abastecimento e distribuição de água implantado na sede municipal, com contrato de concessão até 2025, para ser operado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), estaria apresentando diversas falhas, com um sistema deficitário na captação, oferta, reserva e distribuição.

Foi constatado que o Rio Tibiri, principal manancial no município, operava sem nenhuma margem de segurança operacional, além de que, não existia proteção ou vigilância nas proximidades da captação, nem cerca demarcando ou restringindo o acesso de animais na área de montante. A área de preservação legal estava desmatada e sem proteção vegetal. O sistema de abastecimento dos distritos do município é de competência da Prefeitura Municipal de Santa Rita. O sistema apresentava, conforme a Prefeitura, redes de distribuição totalmente fora dos padrões e opera de forma precária em todos os distritos.

Ainda de acordo com o diagnóstico realizado pela Prefeitura municipal de Santa Rita (2018), foi identificado que o ponto crítico do sistema de saneamento básico do município estaria no sistema de esgotos sanitários. Onde todos os pontos do sistema apresentavam problemas, com destaque negativo para o atendimento por redes coletoras, que estava abaixo do padrão satisfatório. Estimava-se que em breve os córregos que atravessam a cidade estariam em seu limite com o esgoto despejado de forma irregular, o que prejudicaria potencialmente o Rio Paraíba, que é o receptor natural dos resíduos despejados pelo município. Apesar do detalhado diagnóstico sobre as deficiências dos sistemas de saneamento básico e de esgotos sanitários, o custo de implantação de novos sistemas no município é bastante elevado e suplanta a capacidade de investimento público da prefeitura, que dependeria da efetivação de convênios com o governo federal.

Ao relacionar os dados encontrados com as metas dispostas pelo ODS 6 ‘Água Potável e Saneamento’ é possível visualizar que Santa Rita ainda está longe de cumpri-las, como visto, em 2010, 78,9% da população sequer tinha acesso a esgotamento sanitário adequado, além dos diversos problemas estruturais encontrados através do diagnóstico do plano municipal de saneamento.

4.5 Gestão municipal das finanças públicas

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem como seu principal objetivo a redução e controle das despesas públicas, foi elaborada no ano 2000 e estabelece limites de gastos aos municípios. Segundo FIRJAN (2017), em muitos dos casos, as esferas subnacionais não estão cumprindo os limites de gastos com pessoal definido pela LRF, fato que agrava ainda mais a situação fiscal destes entes federativos.

Na situação atual, além das metas quantitativas de execução financeira para controle de gasto e endividamento estipulados pela LRF, que remete várias diretrizes para a gestão fiscal dos executivos municipais, o Ministério Público e tribunais de Contas cobram dos municípios metas qualitativas, de desempenho e de impactos das políticas públicas. Assim, é necessário adotar um modelo estratégico de desenvolvimento, abrindo mão do rígido modelo de gestão fiscal utilizado atualmente, com o objetivo de melhor articular as questões fiscais e sociais (IPEA, 2010).

Em períodos de crise, onde há uma redução da receita tributária, como é visto na recente situação brasileira, os governantes ficam com pouca margem de manobra para ajustar as despesas à capacidade de arrecadação, isto resulta em uma exposição demasiada das contas

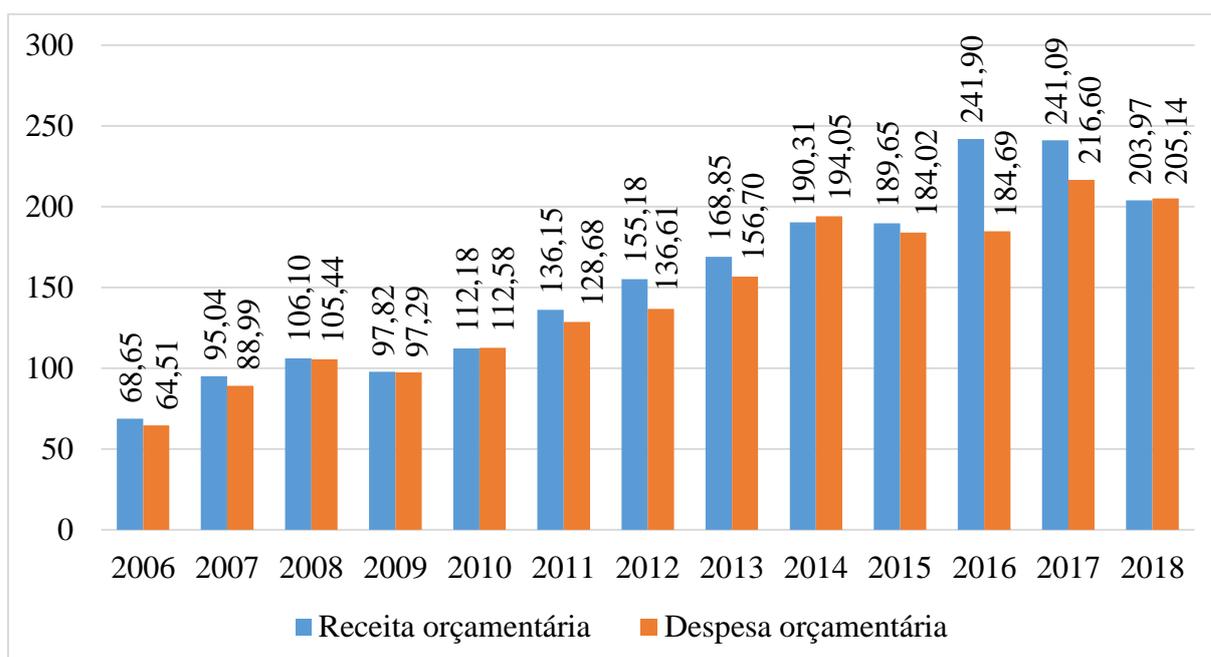
públicas à conjuntura econômica. Este problema fiscal é resultado do alto comprometimento dos orçamentos com gastos obrigatórios, especialmente despesas de pessoal. Isso ainda é mais grave ao nível municipal, visto que não há quase nenhum acesso ao mercado de crédito além da forte dependência de transferências dos estados e da União (FIRJAN, 2017).

Assim, em um contexto onde é ampliada a importância e responsabilidades dos municípios, surge a necessidade que os governantes não só atendam os objetivos de controle e redução das despesas públicas, como os expressos através da LRF. É necessário também que além dos gastos serem realizados com lisura e responsabilidade no âmbito fiscal, que sejam efetuados de forma que promovam o desenvolvimento e ampliação dos benefícios sociais, através de políticas públicas mais eficientes. (IPEA, 2010).

Nesta seção, será analisada a estrutura das finanças públicas municipais de Santa Rita, buscando apresentar as especificidades e destacando os pontos positivos e negativos da gestão municipal no que se reporta à construção de uma governança efetiva como propõe o ODS 16 ‘Paz, Justiça e Instituições Eficazes’.

De acordo com os dados do Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES, 2019), do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, é possível identificar que ocorreram resultados primários superavitários em quase toda a série histórica estudada, a exceção dos anos de 2010, 2014 e 2018, como é demonstrado no Gráfico 17.

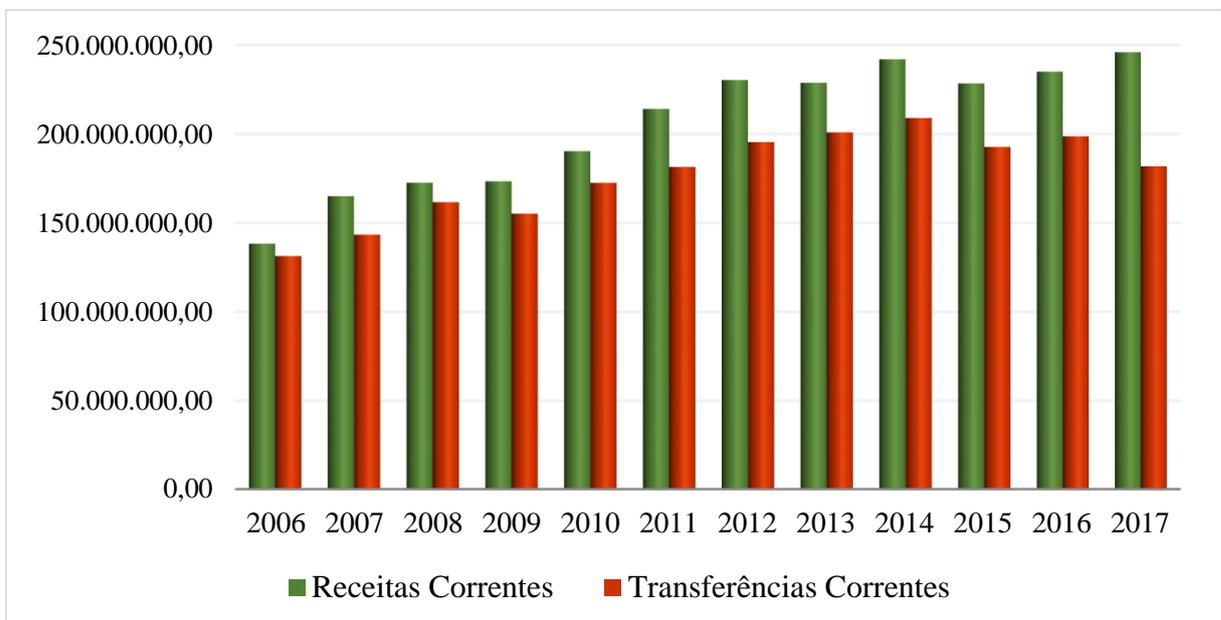
Gráfico 17 - Receita e despesa orçamentária do município de Santa Rita 2000 a 2010
(Unidade: milhões de R\$)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SAGRES (2019)

As transferências intergovernamentais são a principal fonte de recursos orçamentários dos municípios brasileiros. Pode-se observar, no Gráfico 18, que as transferências correntes, compostas basicamente pelas transferências de tributos federais e estaduais ao município, foram a fonte de receita mais importante na composição da receita orçamentária total da Prefeitura de Santa Rita ao longo de todo o período analisado. Em 2006, as transferências intergovernamentais representavam 95% da receita corrente do município, em 2017, esse valor correspondia a 73,9%. Contudo, foi possível observar uma tendência de queda relativa, a partir de 2013.

Gráfico 18 - Transferências intergovernamentais em relação as Receitas correntes de Santa Rita – 2006 a 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017

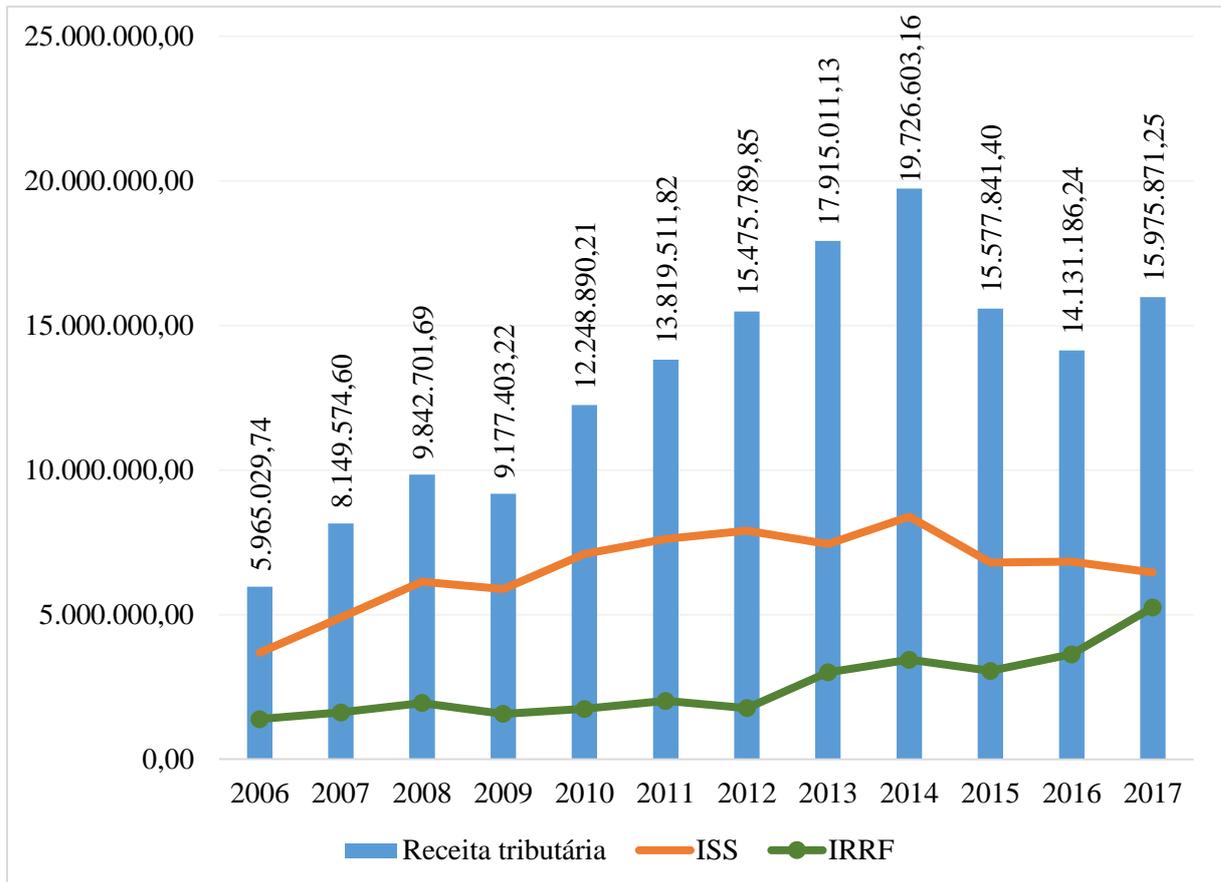


Fonte: Elaborada própria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A receita tributária de Santa Rita é composta principalmente pelo Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) e pela transferência realizada pela União do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Esses tributos apresentaram tendências de crescimento opostas, principalmente a partir de 2010, onde, neste ano, o ISS e IRRF representaram, respectivamente 57,9% e 14,2% da receita tributária do município. Já em 2017, exibiram respectivamente 40,4% e 32,9% da arrecadação de tributos. É válido destacar que o crescimento da arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) que, em 2006, representava apenas 4,4%

da arrecadação de tributos do município, alcançou, em 2015, ano mais expressivo da série, com um percentual de 24,1%.

Gráfico 19 - Evolução e composição da receita própria de Santa Rita - 2000 a 2010
(Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017



Fonte: Elaborada própria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao analisar o ISS, principal componente de arrecadação de receita própria do município, podemos ver na Tabela 3, a proporção do regime tributário Simples Nacional na formação desta receita.

Verifica-se que houve uma crescente participação do Simples Nacional na composição do ISS. Em 2010, este regime tributário correspondia a 2,72% da arrecadação do ISS, já no ano de 2017, essa percentagem foi de 12,3%. É possível identificar que o número de optantes do Simples Nacional vem aumentando a proporção dos Microempreendedores Individuais (MEI). Em 2012, 57,64% dos optantes eram MEI, este percentual subiu para 79,31%, em 2017.

Tabela 3 - Santa Rita: ISS - Simples Nacional e número de optantes – 2010 a 2017
(Unidade ISS: mil R\$)

	2010	2011	2012	2013
ISS	4.559,29	5.220,61	5.702,85	5.707,22
ISS Simples Nacional	123,89	198,51	323,98	388,62
ISS exceto Simples Nacional	4.435,40	5.022,10	5.378,87	5.318,60
Número de optantes	1029	1564	2229	2802
MEI	-	-	1285	1786
Demais	-	-	944	1037
	2014	2015	2016	2017
ISS	6.844,34	6.047,13	6.607,71	6.452,99
ISS Simples Nacional	509,30	647,39	720,31	793,66
ISS exceto Simples Nacional	6.335,05	-	-	-
Número de optantes	3487	4039	4591	5178
MEI	2324	2917	3484	4107
Demais	1163	1123	1107	1071

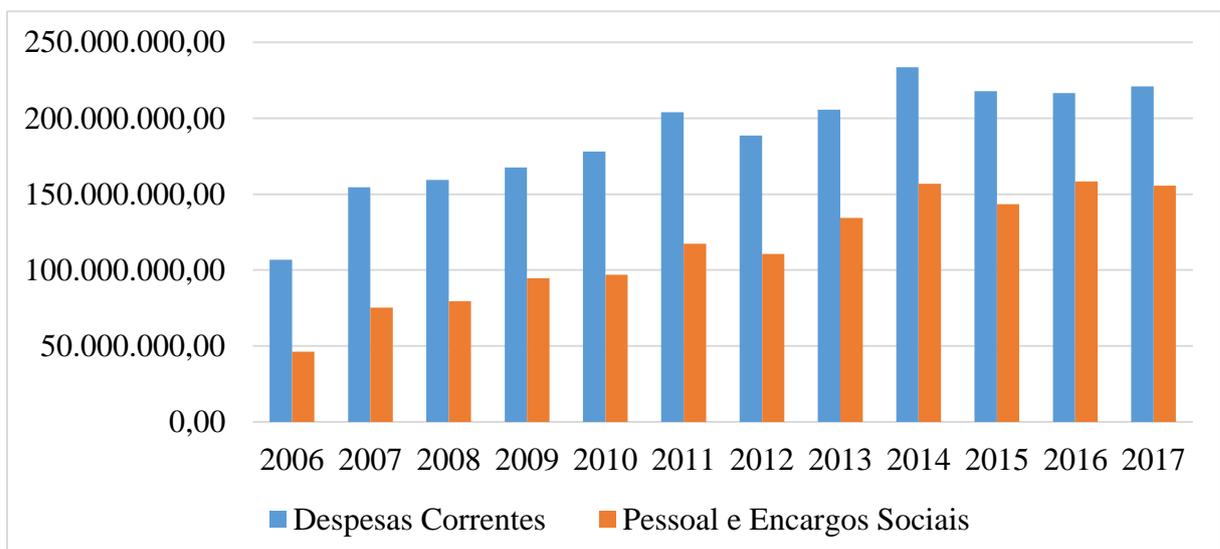
Fonte: STN e IBGE (2019)

(-) Dados não disponíveis.

Nota: MEI = Microempreendedor Individual.

Quanto às despesas da administração pública municipal, os gastos com pessoal e encargos sociais constituem a despesa mais representativa dos dispêndios totais do município. O gasto com pessoal apresentou tendência de crescimento relativo durante toda a série histórica. Em 2006, correspondia a 43,3% da despesa total do município, enquanto, em 2016, já representava 73,1% da despesa orçamentária total.

Gráfico 20 - Gastos com Pessoal e Encargos Sociais em proporção das Despesas Correntes de Santa Rita - 2006 a 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017

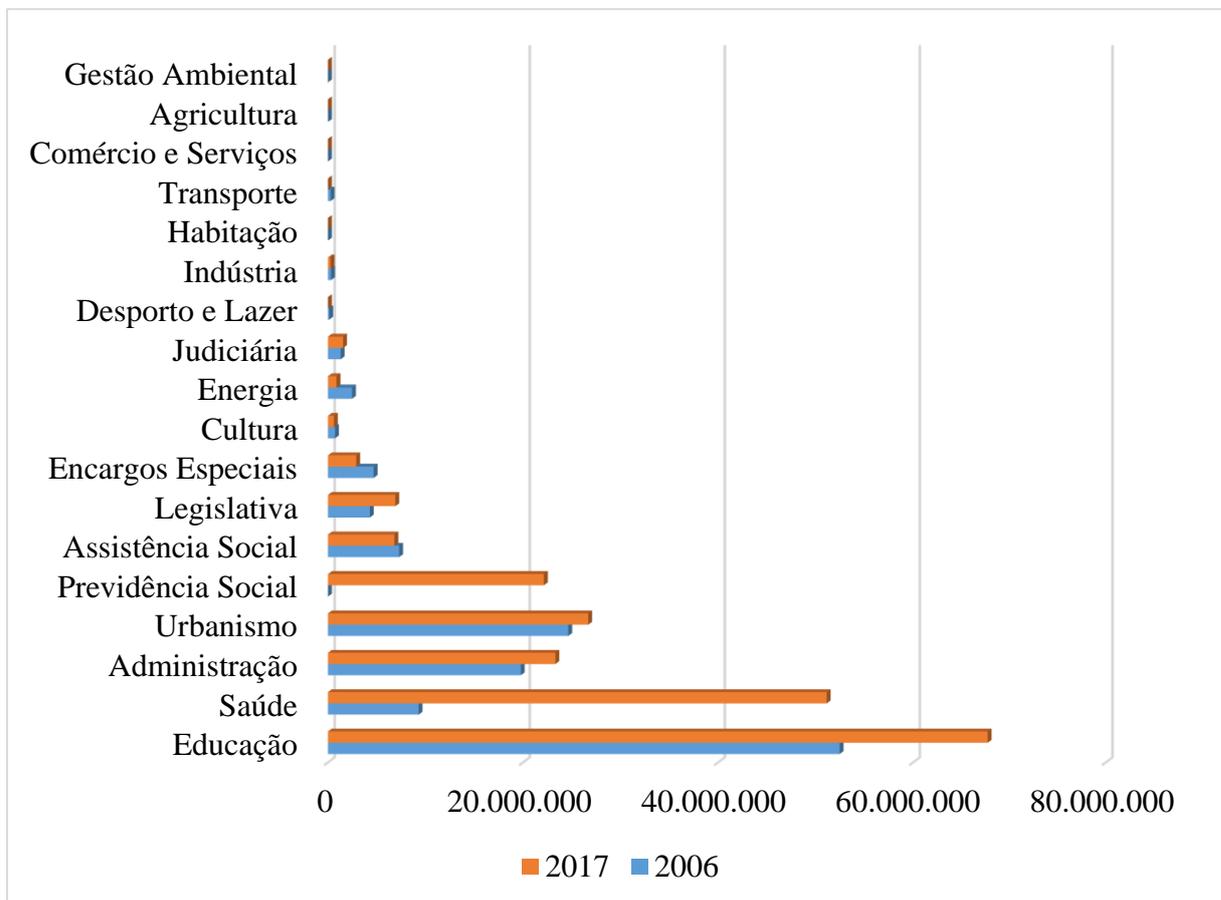


Fonte: Elaborada própria com base nos dados da STN e do IBGE

Cabe ressaltar que é uma exigência da LRF que a despesa total com pessoal e encargos sociais não exceda 60% da receita corrente líquida do município. Desde 2014, a Prefeitura de Santa Rita ultrapassou os limites estipulados por lei.

Ao se analisar a distribuição das despesas públicas municipais por função programática, como visualizado no Gráfico 21, pode-se perceber quais são as áreas mais importantes da agenda do governo local como também é possível notar se há áreas que não estão tendo relevância quanto a execução de programas e ações municipais.

Gráfico 21 - Despesa por função: Santa Rita - 2006 e 2017 (Unidade: R\$) - IPCA médio de 2017



Fonte: Elaborada própria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

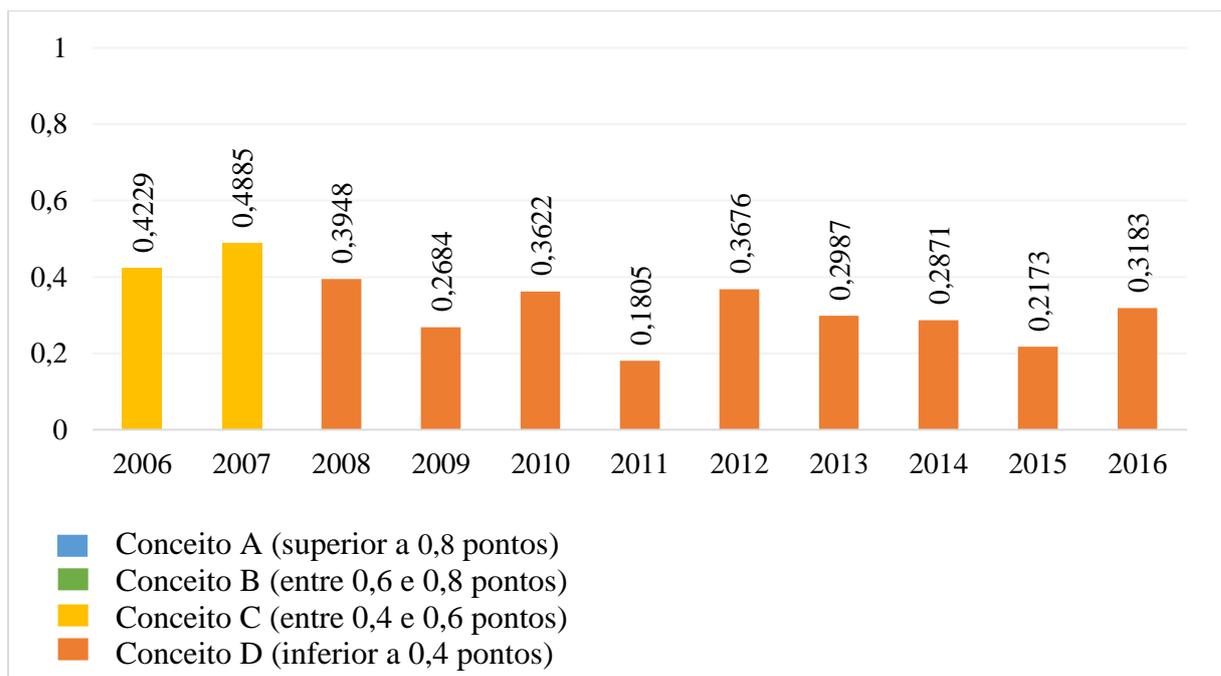
No período de 2006 a 2017, observou-se que as áreas de educação, saúde, administração e urbanismo se destacaram como principais despesas do município. Vale realçar que o dispêndio de recursos destinados à educação e saúde, são determinados por lei, o que explica a alocação de grande parte dos recursos nestas funções programáticas.

Em relação aos gastos com gestão ambiental e saneamento, áreas que representam significativa importância para o bem estar da população, o dispêndio de recursos orçamentários foi praticamente insignificante, visto que não houve nenhuma despesa com saneamento nos anos de 2006 e 2017. Na área de gestão ambiental, segundo os dados divulgados nos relatórios de execução fiscal da Prefeitura de Santa Rita, houve, em 2013, a destinação de recursos orçamentários para essa área, porém, representou apenas 0,003% da despesa total do município, correspondente a R\$6.416,47. Os gastos relativos à Segurança Pública, Trabalho, Direitos da Cidadania, Organização Agrária e Comunicações também não tiveram valores alocados pela Prefeitura.

Analisando o comportamento do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), para todo o estado da Paraíba, observa-se resultados preocupantes. No ano de 2016, segundo FIRJAN (2017), nenhum município paraibano apresentou um IFGF com conceito A, que representa uma gestão de excelência, enquanto apenas 1,8% dos municípios estavam com o conceito de boa gestão. A maior porcentagem dos municípios da Paraíba, 67,1% estava com gestão crítica (conceito D).

A Prefeitura de Santa Rita apresentou gestão crítica desde o ano de 2008. O pior resultado da série histórica foi encontrado em 2011, onde o município apresentou o IFGF de 0.1805, ficando na 196ª posição no *ranking* estadual para o referido índice.

Gráfico 22 - Evolução anual do IFGF Santa Rita – 2006 a 2016

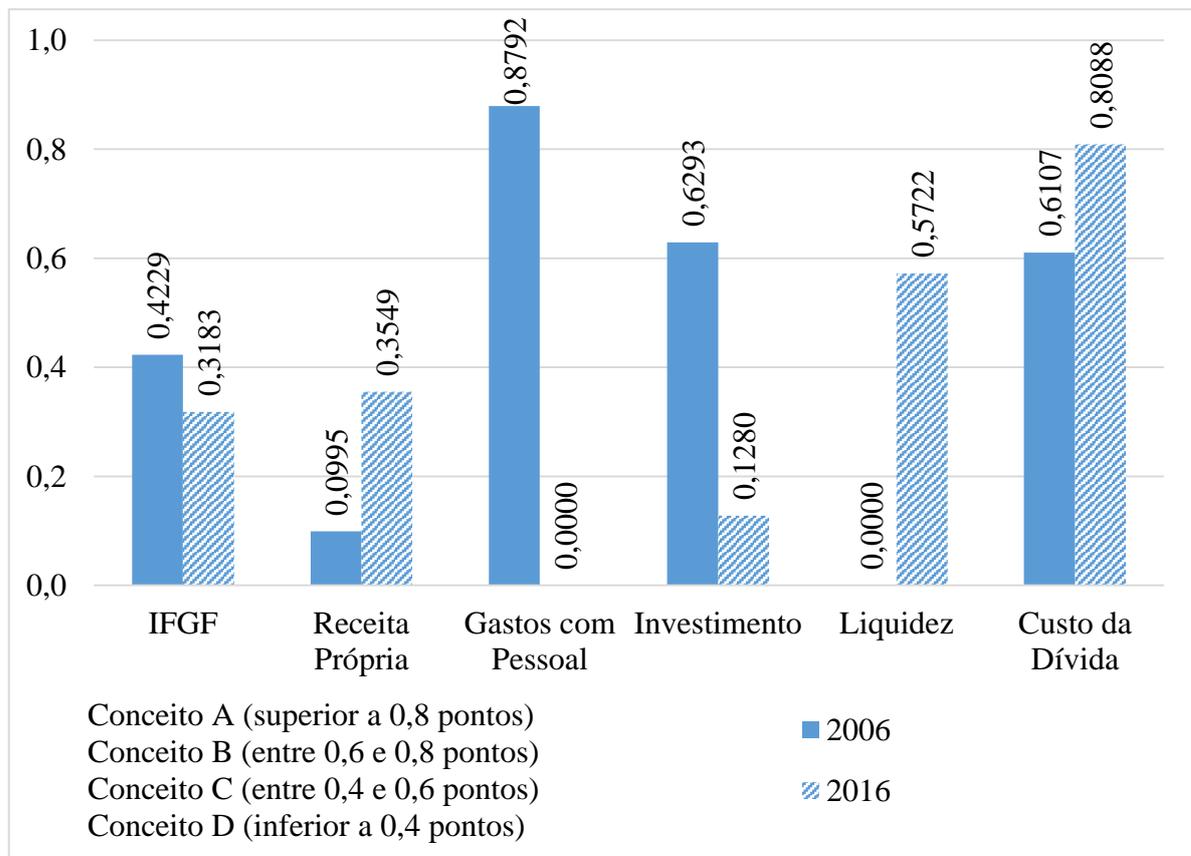


Fonte: FIRJAN (2017)

Ao analisar a composição do IFGF da Prefeitura municipal, constata-se que o gasto com pessoal teve um comportamento bastante atípico nos anos de 2006 e 2016. No primeiro ano, a gestão dessa categoria de gastos obteve conceito A, enquanto, em 2016, o índice chegou a zero, caindo para o conceito D. Como houve um decurso de tempo grande entre os referidos anos, o perfil das gestões nos referidos anos deve ter influenciado a inflexão desse índice.

Pode-se perceber como a frágil capacidade de arrecadação própria da Prefeitura de Santa Rita interfere negativamente na composição do IFGF. Tanto em 2006 como em 2016, o IFGF Receita Própria foi quase nulo, como pode ser visto no Gráfico 23. Por sua vez, o componente do IFGF que apresentou melhor magnitude foi o índice de custo da dívida, com o resultado de 0,8088, com conceito A. É pertinente grifar que a capacidade de endividamento das Prefeituras no Brasil é limitada pelos mecanismos de restrição estabelecidos por lei pelo governo federal. A maior parte dos municípios no país exibem IFGF - Custo da Dívida satisfatórios devido aos limites legais que coíbem esses entes federativos de extrapolar suas despesas financeiras.

Gráfico 23 - Composição do IFGF da Prefeitura de Santa Rita 2006 e 2016



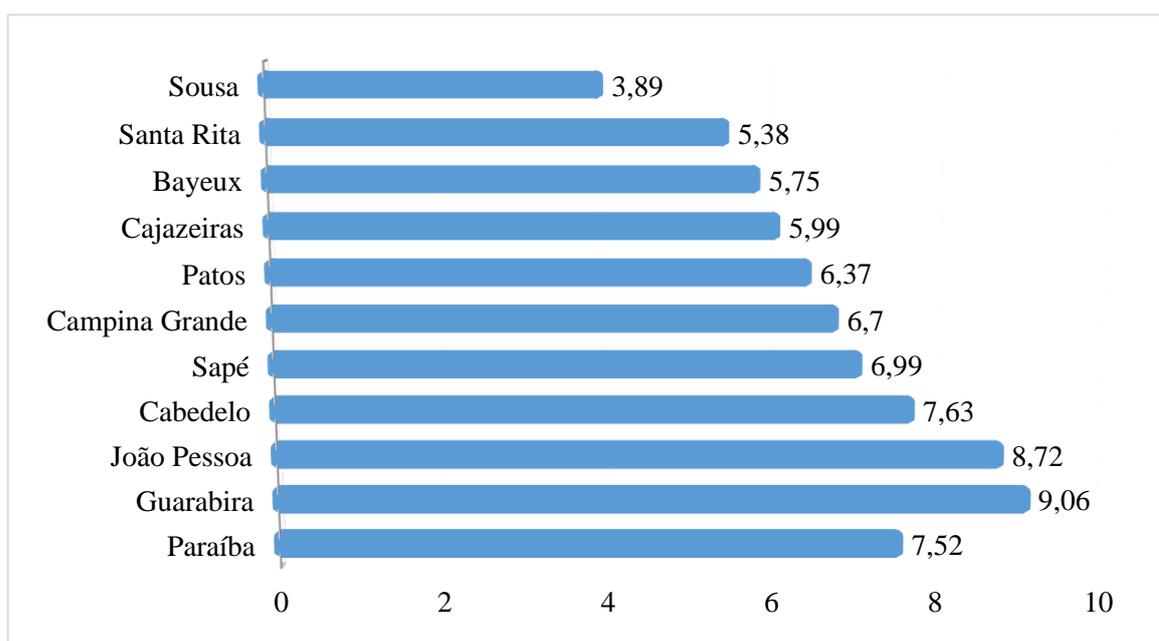
Fonte: FIRJAN (2017)

A análise do IFGF revela a situação crítica em que se encontra a gestão dos recursos municipais de Santa Rita. Mesmo no ano que apresentou seu melhor resultado esteve em uma péssima colocação no *ranking* estadual.

Outro parâmetro que pode ser utilizado para mensurar a qualidade na gestão fiscal de uma determinada localidade é a transparência na condução dos recursos públicos. A Controladoria Geral da União (CGU) utiliza atualmente a Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°, como um instrumento de monitoramento da transparência pública nas esferas municipais e estaduais. Esta ferramenta é inovadora em comparação à tradicional metodologia de avaliação utilizada pela CGU para mensurar a transparência pública. Na Avaliação 360°, avalia-se a transparência passiva e ativa. A transparência ativa procura aferir a publicação de informações na internet pelas Prefeituras, sejam sobre licitações e contratos, receitas e despesas, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas, estrutura administrativa, entre outras.

Na primeira avaliação da Escala Brasil Transparente, foram analisados dados de 665 municípios, dos 26 estados e do Distrito Federal. Para a escolha dos municípios, além das capitais, a CGU selecionou os que tinham, segundo estimativa do IBGE, mais de 50 mil habitantes em 2017. A escala varia de 0 a 10, onde, quanto maior o número do índice, mais transparente é a gestão local pesquisada. No Gráfico 24, é possível visualizar o resultado dos municípios paraibanos.

Gráfico 24 - Escala Brasil Transparente – Avaliação 360°: Paraíba e seus municípios - 2018



Fonte: CGU (2019)

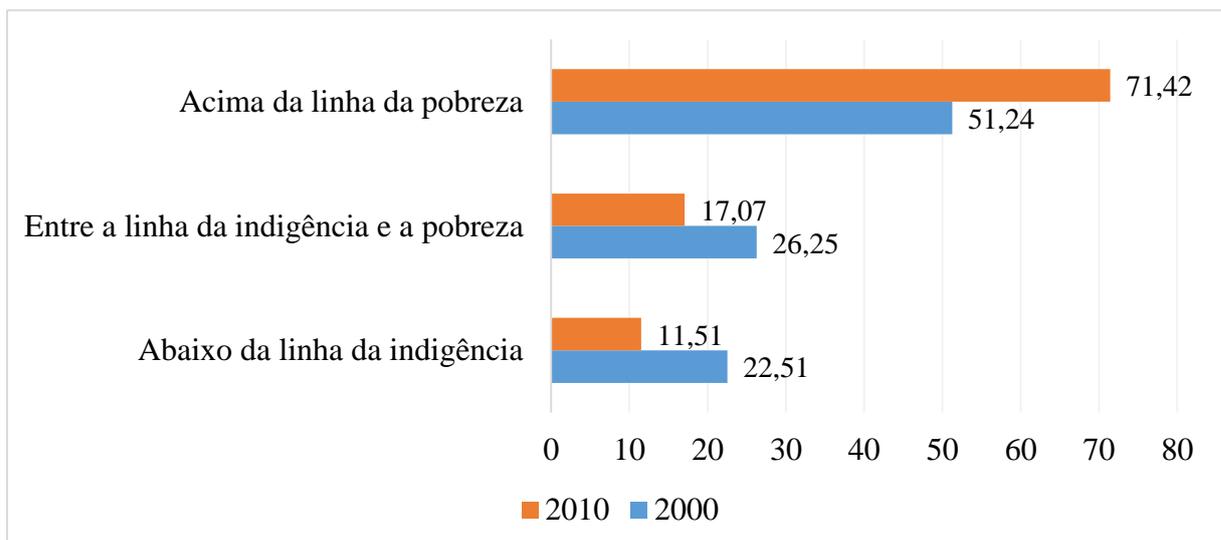
A Paraíba ficou com o 18º melhor resultado entre os estados brasileiros na Avaliação 360º, com um índice de 7,52. Santa Rita, por sua vez, ficou na posição 478º no *ranking* nacional dos 665 municípios analisados, com um índice de 5,38. Em relação aos demais municípios na Paraíba que fizeram parte da amostra da CGU, Santa Rita ficou com o segundo pior resultado, ficando atrás apenas do município de Sousa, que apresentou o índice de 3,89. Os melhores resultados do estado foram dos municípios de Guarabira e João Pessoa, que apresentaram respectivamente os índices, 9,06 e 8,72.

4.6 Santa Rita e os ODS

Como forma de avaliar os resultados dos objetivos de desenvolvimento sustentável, aplicados ao município de Santa Rita, foram analisados alguns indicadores em cada um dos 17 ODS. Assim, é possível aferir de forma mais abrangente se houve mudanças nas condições sociais, econômicas, fiscais e ambientais do referido município.

No que tange a erradicação da pobreza, segundo os indicadores do Portal ODS (2019), no ano de 2000, Santa Rita tinha 48,76% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, percentagem que caiu para 28,58% em 2010. Mesmo com o avanço, ainda há 34.084 pessoas nessa condição de pobreza no município. Por sua vez, pessoas abaixo da linha de indigência representavam, em 2000, 22,51% da população santarritense, esse número baixou para 11,51%, em 2010, como pode ser visto no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência em Santa Rita – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2019)

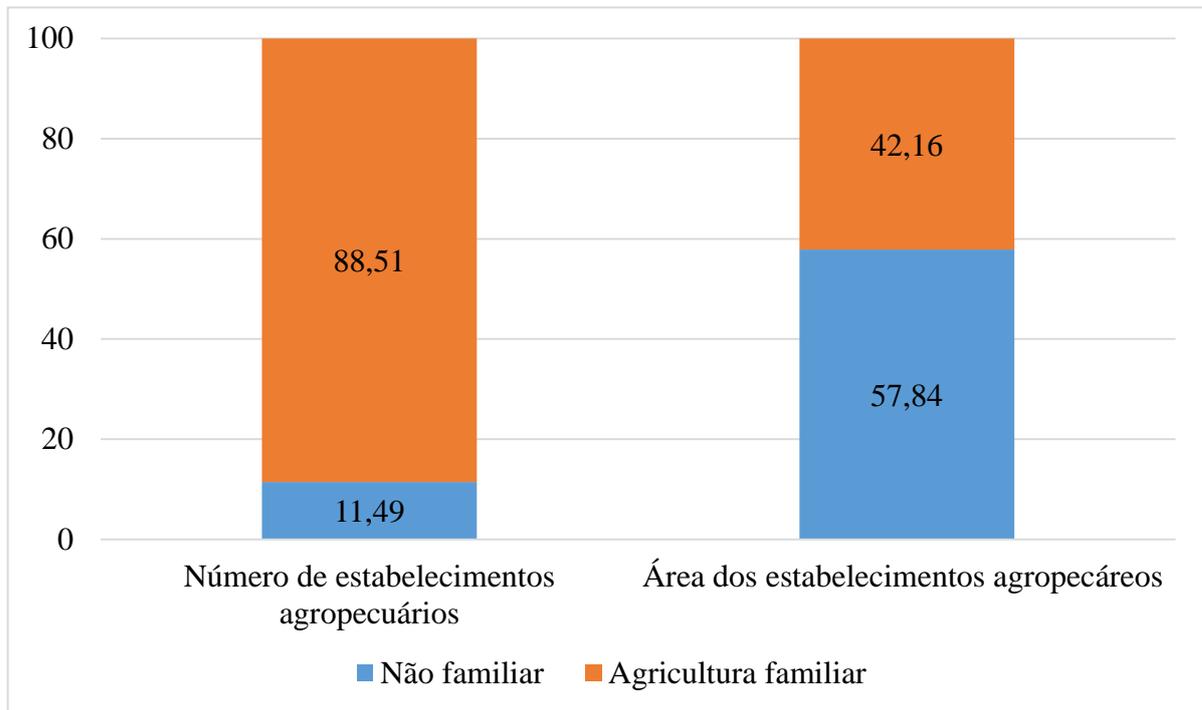
Em 2000, os 20% mais pobres da população detinham 3,96% da renda total do município, já, em 2010, esse valor passou para 4,12%. Observa-se que, mesmo com uma mudança modesta, houve uma redução nos níveis de desigualdade social. Contudo, os 20% mais ricos tiveram uma participação de 50,14%, em 2010, representado 12,17 vezes mais renda dos que os mais pobres.

Em cooperação com outras instituições, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), elaborou um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para todos os municípios brasileiros. Índice que possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana; IVS Capital Humano; e IVS Renda e Trabalho. O IVS varia de 0 a 1, em que 0 corresponde a situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. O IVS consolidado de Santa Rita, era 0,598, em 2000, o percentual caiu para 0,444 em 2010. Mesmo com esse progresso, o município ainda está com o nível de vulnerabilidade social alto, de acordo com a metodologia do IPEA.

No tocante ao segundo ODS, que visa eliminar a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, ainda não há indicadores municipais disponíveis. Vale salientar que, no Brasil, em 22,58% dos domicílios particulares haviam pessoas em situação de Insegurança Alimentar (IA) em 2013. O que significa dizer que, seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade inadequadas. Ao destrinchar esse percentual, por grau de IA, 3,23% dos moradores totais apresentavam IA grave, 4,57% IA moderada e 14,78% viviam em condição de IA leve. Ao fazer o recorte para a esfera estadual, constata-se um elevação da insegurança alimentar na Paraíba. Em 2013, o percentual de população com IA chegava a 36,52%.

Ao analisar a estrutura da agricultura familiar do Estado, é possível identificar, de acordo com os dados do IBGE, correspondente ao último censo agropecuário de 2006, que os 148.069 estabelecimentos da agricultura familiar representam 88,51% dos estabelecimentos agropecuários do estado, como é demonstrado no Gráfico 26. Entretanto, esses estabelecimentos ocupavam apenas 42,16% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do estado. Essa diferença entre percentual de estabelecimentos e área ocupada resulta em uma discrepância em relação à média dos hectares utilizados entre os estabelecimentos familiares e não familiares, que apresentavam, em termos médios, 10,78 hectares e 114 hectares respectivamente. A agricultura familiar, em 2006, gerou uma receita de R\$ 624,4 milhões, correspondendo 51,05% das receitas dos estabelecimentos agropecuários no estado.

Gráfico 26 - Percentual dos números e da área dos estabelecimentos agropecuários quanto a agricultura familiar na Paraíba- 2006 (em %)



Fonte: IBGE (2019)

Acerca do ODS 3 - Saúde e Bem Estar, no Brasil, segundo dados do Portal ODS (2019), a meta estabelecida para a taxa de mortalidade materna é de 35 casos a cada 100 mil nascidos vivos até 2030. A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) recomenda uma taxa ainda menor, de 20 casos. Santa Rita apresentou, em 2016, de acordo os dados do Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade materna de 78,09 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos. Nesse mesmo ano, dos partos realizados, 44,01% foram partos normais e 55,95% cesarianas. Valores bem distantes dos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que estabelece um valor máximo de 15% de cesarianas.

Em relação a quantidade de consultas pré-natais, enquanto o Ministério da Saúde recomenda, no mínimo, seis consultas pré-natais durante a gravidez, em 2016, 5,31% das gestantes não tiveram acompanhamento pré-natal em Santa Rita. As gestantes que realizaram 7 ou mais consultas corresponderam a 44,51% do total.

A taxa de mortalidade infantil é um dos mais importantes indicadores para medir a qualidade de vida de uma população. Essa taxa é afetada por diversos fatores, como o abastecimento alimentar, as condições do sistema de saneamento e esgoto básico, a educação a gestantes, o nível de pobreza, entre outros. A redução desse indicador demonstra melhoria nas condições de vida da população.

No município de Santa Rita, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, em 2004, foi de 26,55 óbitos a cada mil nascidos vivos. Em 2016, esta porcentagem caiu para 12,89 óbitos a cada mil nascidos vivos. Enquanto a vacinação é uma das maneiras de prevenir a mortalidade infantil, no ano de 2014, 87,92% das crianças menores de 1 ano apresentavam a carteira de vacinação em dia na referida localidade.

Ao seccionar os dados sobre a mortalidade infantil por idade, observa-se que, em 2016, 42,86% ocorreram no período pós-neonatal, entre 26 dias e 1 ano de vida. No período neonatal tardia, de 7 a 27 dias, ocorreram 21,43% dos óbitos, os 35,71% restantes foram crianças com menos de 7 dias de vida, na chamada mortalidade neonatal. Vale destacar ainda que, segundo o Ministério da Saúde, 75% das mortes que ocorreram nos períodos neonatal e neonatal tardia eram evitáveis, caso ocorresse uma atenção adequada à mulher na gestação e no parto. Em 2016, 21,59% das crianças que nasceram no município eram de mães que tinham de 10 a 19 anos. A porcentagem de gravidez na adolescência pode ter afetado os índices de saúde infantil e materna.

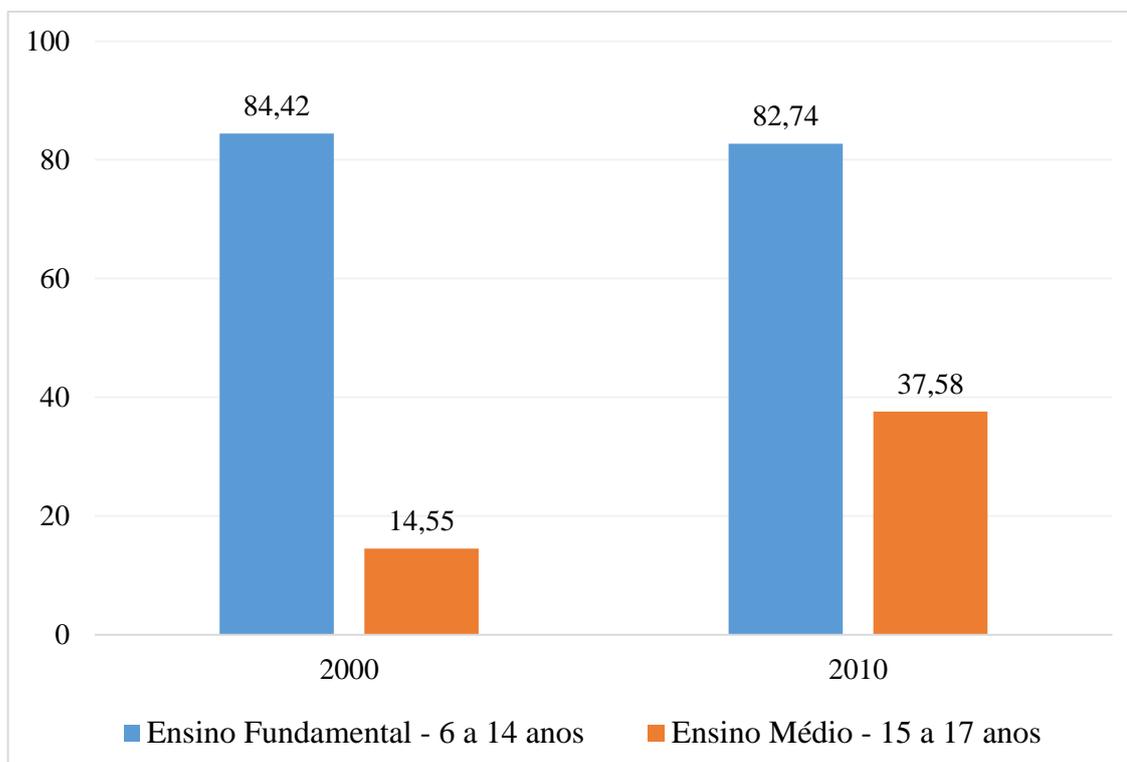
O quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável procura assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade. De acordo com o Portal ODS (2019), em 2010, do total de crianças de 0 a 3 anos residentes no município, 9,04% estavam matriculados em creches. É possível constatar um avanço, visto que, em 2000, a frequência de crianças em creches era apenas 2,72%. Do total de crianças de 4 a 5 anos, 28,84% estavam matriculados na pré-escola no ano de 2000, este percentual cresceu para 53,95% em 2010. Em 2017, a média de alunos em cada sala de aula, era de 15,9 crianças por turma em pré-escolas e de 15,6 crianças por turma em creches.

Em relação a frequência no ensino fundamental e médio, é possível observar no Gráfico 27, que em 2000, Do total de crianças de 6 a 14 anos residentes no município, 84,42% frequentavam o ensino fundamental. Foi identificada uma piora nesse indicador, pois, o percentual caiu para 82,74% em 2010. Isso mostra uma situação preocupante, devido a quantidade relevante de crianças nesta idade que estão fora da escola.

Quando é analisada a frequência dos jovens de 15 a 17 anos, a situação fica preocupante. Em 2000, apenas 14,55% dos jovens residentes no município frequentavam o ensino médio. Ao passar da década, ocorreu uma melhora, porém, em 2010, o indicador apresentou o percentual de apenas 37,58%, ainda muito baixo. No tocante a distorção idade-série, ou seja, quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais, 21,8% dos alunos do ensino fundamental, em 2017, estão com idade superior à recomendada

nos anos iniciais, esse percentual sobre para 39,1%. Nos anos finais, percebe-se que aumentou a distorção idade-série. A defasagem chegou a 46% entre alunos que estavam no ensino médio.

Gráfico 27 - Taxa de frequência líquida no ensino fundamental e médio em Santa Rita – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2019)

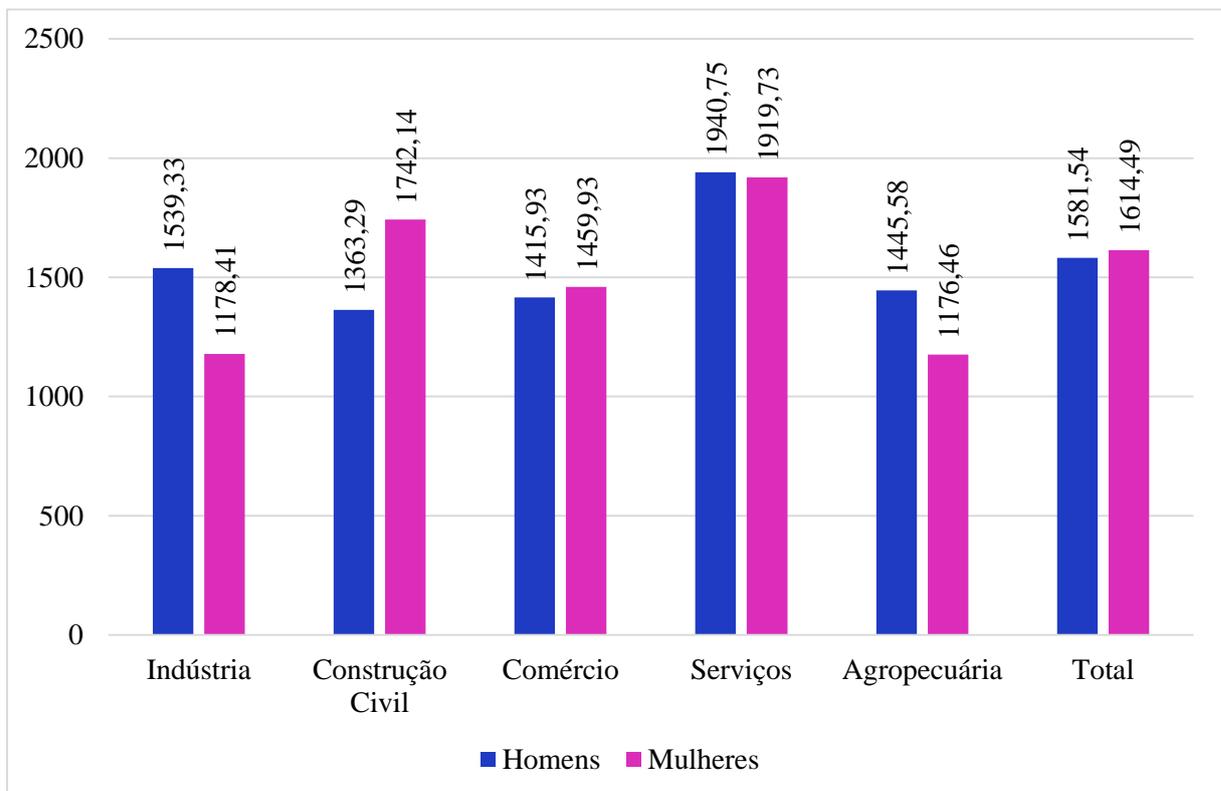
Não obstante, se faz necessário analisar de forma qualitativa a educação ofertada pelas escolas municipais aos estudantes do município. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10. O indicador combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil. De acordo com o Portal ODS (2019), ao avaliar os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, Santa Rita esteve, em 2017, na 5.066^a posição, entre os 5.570 municípios do Brasil.

O município ocupou na 182^a posição nos anos iniciais e a 194^a nos anos finais do ensino fundamental no que se reporta a sua posição em relação aos 223 Municípios da Paraíba. Vale destacar que, nesse mesmo ano, apenas 9 municípios do estado conseguiram notas acima de 6,0 nos anos iniciais, enquanto nos anos finais, nenhum município paraibano obteve nota acima do referido valor.

Como forma de avaliar os avanços em relação a igualdade de gênero, é pertinente analisar alguns aspectos do mercado de trabalho segundo a composição por gênero. Conforme o Gráfico 28, apenas nos setores da construção civil e comércio, observa-se as mulheres com salário médio superior ao dos homens. Na construção civil, em 2017, o rendimento médio mensal das mulheres era de R\$ 1.742,14, enquanto o dos homens era R\$ 1.415,93, sendo este o setor que apresentou a maior diferença a favor das mulheres.

Fenômeno oposto ocorreu no setor industrial, enquanto o rendimento médio mensal dos homens foi, em 2017, de R\$ 1.539,33, as mulheres recebiam um salário médio de R\$ 1.178,41. Em 2017, o rendimento médio feminino em relação ao masculino, independente da escolaridade, foi 101,79%, superior ao valor encontrado em 2009, onde o percentual era de 90,80%. Entretanto, ao considerar os níveis de educação formal, para exercer a mesma função, a mulher com ensino superior ganhava apenas 72,96% do rendimento do homem com a mesma escolaridade, em 2017. Mesmo com a melhora ocorrida em relação ao ano de 2006, onde esse indicador era de apenas 54,75%, a diferença continua bastante expressiva.

Gráfico 28 - Rendimento médio mensal segundo as grandes áreas de atividade e sexo em Santa Rita – 2017 (Unidade: R\$)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Ao analisar as funções de liderança, os cargos de direção de empresas e organizações do setor privado em Santa Rita não apresentavam uma distribuição por gênero igualitária. Segundo dados do Portal ODS, 32,56% desses cargos eram ocupados por mulheres, enquanto 67,44% eram homens, em 2017, eram dirigentes de empresas e organizações, do setor privado.

Do total de mulheres, 97,62% ocupava cargos de diretoria de área de apoio, 2,38% estava em cargo de diretoria de produção e operações e nenhuma ocupava a posição de diretoria geral. Já para os cargos gerenciais, nesse mesmo ano, 35,84% eram mulheres e 64,16% eram homens. Sendo que, entre as mulheres, 60% eram gerentes de áreas de apoio e 40% gerentes de produção e operações.

Em relação aos membros superiores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário no mencionado município, em 2017, 26,67% eram mulheres e 73,33% homens. Todas as mulheres ocupavam cargos de dirigentes do poder público, mas não foi identificada nenhuma delas como dirigentes gerais da Administração Pública, magistradas ou gestoras públicas. No tocante a candidatura para a Câmara de Vereadores do município, em 2016, apenas 31,76% eram mulheres e apenas 15,79% das que se candidataram foram eleitas. No estado da Paraíba, em 2014, não foi eleita nenhuma mulher como deputada federal ou senadora e apenas 3 deputadas estaduais foram eleitas, representando 8,33% do total de cargos eletivos da Câmara Legislativa Estadual.

No que concerne ao 6º ODS, que procura assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, observa-se, conforme dados do Portal ODS (2019), que 37% da água no Brasil é perdida. A cada 100 litros de água coletados e tratados, em média, apenas 63 litros são consumidos, isto ocorre seja por falta de medição ou medições incorretas no consumo de água, seja por vazamentos, roubos ou ligações clandestinas. Estima-se que o prejuízo total, em 2015, tenha sido por volta de R\$ 8 bilhões.

Nesse mesmo ano, 45,80% dos 5.570 municípios brasileiros precisavam de ampliação do sistema de abastecimento, 8,47% necessitavam de novo manancial e apenas 44,99% tinham abastecimento de água satisfatório. Na Paraíba, os resultados são um pouco piores, 28,57% dos municípios demandavam um novo manancial, 30,36% requeriam ampliação do sistema de abastecimento de água e apenas 36,16% tinham abastecimento satisfatório. Santa Rita está inclusa no grupo de municípios que precisavam de um novo manancial.

No que tange as metas do ODS de fornecer a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, não há indicadores no âmbito municipal e estadual. Contudo, é possível grifar que, segundo dados do IBGE (2019), 99,61% dos moradores urbanos

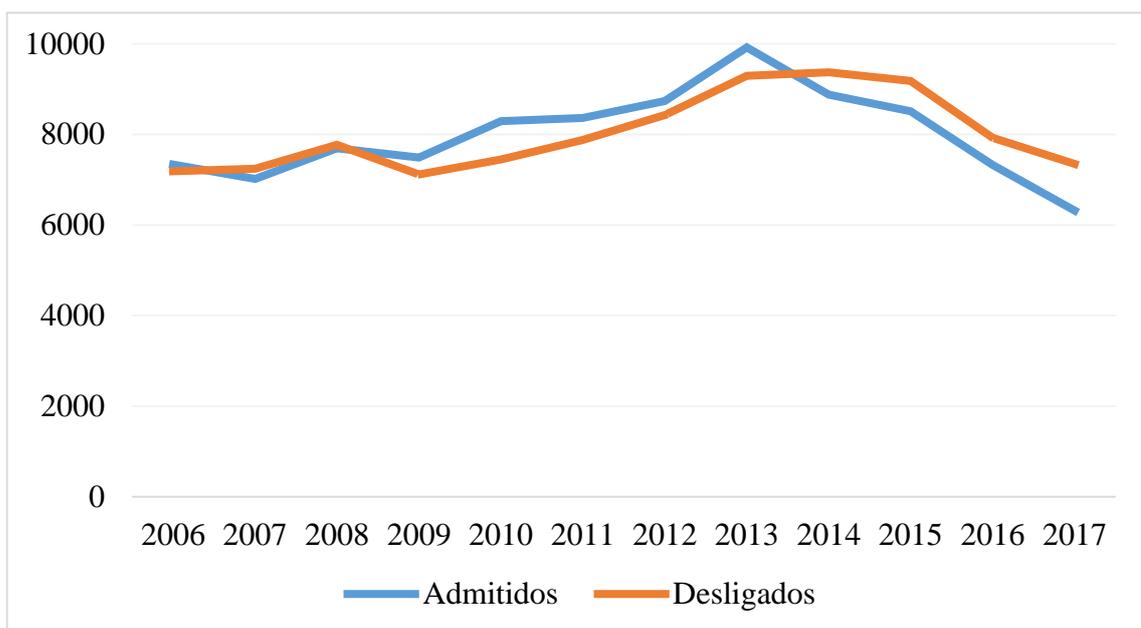
do município de Santa Rita, em 2010, tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável.

Quanto ao trabalho descente e crescimento econômico, pode-se avaliar que, segundo dados do Portal ODS (2019), houve uma tendência de crescimento do PIB do município, de 2002 a 2016, passando de R\$ 496,06 milhões para R\$ 2,18 bilhões. A mesma tendência é observada no PIB per capita, que variou de R\$ 10.345,32 para R\$ 16.047,33, entre 2010 e 2016. Vale destacar que houve um pequeno declínio do PIB Per Capita de 2015 para 2016, cerca de 0,68%.

De acordo com o Gráfico 29, ao avaliar o saldo de admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho no município, observou-se que, em 2006, o número de admissões (7.334), foi superior ao de desligamentos (7.188). A partir de 2014, o número de desligamentos se manteve superior ao de admissões. Em 2017, houve 7.344 desligamentos e apenas 6.377 admissões.

Fica evidente uma trajetória de queda de novas oportunidades de trabalho na economia formal do município e um dos fatores determinantes deve estar relacionado aos impactos, no âmbito local, da crise e desaceleração da economia brasileira. É possível que, os saldos negativos entre admissões e desligamentos também tenha contribuído para ampliar a taxa de informalidade em Santa Rita com o crescimento de atividades laborais precárias e destituídas do acesso aos direitos trabalhistas.

Gráfico 29 - Número de admitidos e desligados em Santa Rita - 2006 a 2017



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED (2019)

O 9º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, busca promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. A indústria, segundo dados do Portal ODS (2019), mostrou redução de participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia de Santa Rita entre 2006 e 2016, que passou de 36,39%, em 2006, para 28,51% em 2016. O setor industrial recebeu, em 2016, um valor de R\$ 20,23 milhões, de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), correspondente a 7,28% sobre o total liberado pelo Banco para o estado. 91,35% dos recursos do BNDES foram destinados para o as áreas de comércio e serviço. Do total dos desembolsos do BNDES para a economia estadual, em 2016, 34,33%, foram destinados para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Os dois principais indicadores para mensurar a evolução da redução de desigualdades, são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini. O IDH geral do município teve um aumento de 0,472, em 2000, para 0,627 em 2010, representando um nível médio de desenvolvimento humano, de acordo com a metodologia do índice. O IDH pode ser desmembrado em três componentes básicos a longevidade, renda e educação. Em 2010, o IDH Longevidade foi o que teve o melhor resultado para o município, com o indicador de 0,774. O pior resultado foi encontrado, nesse mesmo ano, no IDH Educação, com um valor de 0,534.

O Índice de Gini, mensura a desigualdade social de um país, estado ou município, O indicador varia de 0 a 1, sendo 0 quando não há desigualdade e 1 quando há desigualdade máxima. No período recente, houve uma pequena melhora no índice do município. Em 2000, o índice de Gini de Santa Rita era de 0,508, esse valor reduziu para 0.476 em 2010.

De acordo com os dados do Portal ODS (2019), em relação ao objetivo de aumentar o número de cidades e comunidades sustentáveis, na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/ IBGE), 42,15% dos municípios paraibanos não apresentavam precariedade nas condições de habitação em 2017. Entretanto, 46 dos 223 municípios paraibanos tinham ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia⁶, 43,95% apresentavam loteamentos irregulares e/ou clandestinos⁷. Em 20,18% dos municípios do estado, haviam favelas, palafitas, mocambos ou assemelhados⁸. Em relação ao déficit

⁶ Ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia: invasão de imóveis públicos ou privados, urbanos e rurais.

⁷ Loteamentos irregulares e/ou clandestinos: são aqueles sem autorização, seja porque os órgãos públicos competentes não têm conhecimento de sua existência ou, quando levado a seu conhecimento não adquire a aprovação para sua implementação e comercialização.

⁸ Favelas, palafitas, mocambos ou assemelhados: conjunto de habitações populares precariamente construídas e desprovidas de infraestrutura (rede de esgoto, de abastecimento de água, de energia, de posto de saúde, de coleta de lixo, de escolas, de transporte coletivo etc.).

habitacional do município, ou seja, número de cidadãos sem moradia adequada, em 2010, havia um déficit de 3.628 unidades. Na área rural, o déficit era 659 unidades.

O 16º ODS, procura promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Conforme dados do Portal ODS (2019), nenhum dos estados brasileiros apresentaram, em 2015, taxa de homicídios inferior a 10 mortes a cada 100 mil habitantes, taxa considerada suportável pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse ano, foram registrados 74,11 homicídios a cada 100 mil habitantes, destes, 93% foram homens, No período recente, a taxa de homicídios mais alta registrada para o Brasil, foi em 2012, 119,95 óbitos a cada 100 mil habitantes. Vale salientar que, a Organização das Nações Unidas (ONU) alerta que taxas de homicídios superiores 30 mortes a cada 100 mil habitantes, são observadas em países que vivem situações de guerras. Para o município de Santa Rita, em 2015, foram registrados 3,71 suicídios a cada 100 mil habitantes, sendo 60% de homens.

Por fim, o 17º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, que visa ‘fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável’, não possui indicadores em esfera municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como país signatário da Organização das Nações Unidas, o Brasil assinou, em setembro de 2015, o termo de compromisso quanto ao cumprimento das metas e objetivos da Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representaram um Agenda desafiadora diante das questões estruturais do país e que também aparecem nos contextos estadual e municipal. No entanto, diversos municípios, instituições privadas e públicas e representações da sociedade civil vêm empreendendo esforços para o alcance das metas dos ODS. A análise das condições sociais, demográficas, econômicas e ambientais feita em torno do município de Santa Rita, permitiu compreender alguns aspectos da conjuntura socioeconômica desse município bem como suas fragilidades quanto ao alcance dos ODS.

Ao se proceder o exame da evolução dos indicadores demográficos e sociais do município em relação as metas definidas pela Agenda 2030, notou-se que alguns indicadores educacionais ainda são insatisfatórios e comprometem o alcance de uma educação inclusiva e de qualidade como prevê os ODS 4. A baixa eficiência na utilização dos recursos destinados à educação, as debilidades observadas na infraestrutura e nos serviços básicos fornecidos pelas escolas públicas do município, a distorção idade-série se refletem nos resultados modestos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

No que tange aos indicadores de saúde do município, identificou-se um elevado número de óbitos totais e infantis por residência, mais que o dobro do limite máximo da taxa de mortalidade materna estipulada pelo ODS. Menos da metade das gestantes realizaram a quantidade de consultas pré-natais dispostas nas metas da Agenda 2030 e o município mostrou um percentual considerável de gravidez na adolescência, estes entre outros indicadores que impactam diretamente na qualidade de vida de uma população e que estão ainda longe do que a Agenda 2030 define como satisfatório.

Ao examinar o comportamento do mercado de trabalho local, foi possível identificar que quase metade dos empregos formais estão concentrados na indústria de transformação. O município apresenta um desenvolvimento moderado no IFDM Emprego e Renda. É oportuno ressaltar que, nos anos mais recentes, houve uma retração do PIB municipal, do salário médio mensal dos trabalhadores formais e do número de pessoas ocupadas no setor formal, fatores que dificultam o cumprimento do ODS 8 ‘Emprego Decente e Crescimento Econômico’.

Levando-se em consideração os aspectos ambientais, o município apresentou taxa reduzida de urbanização das vias públicas. Também foi verificado uma redução no acesso à rede de esgoto adequada entre os dois últimos censos demográficos. Em 2018, a prefeitura

divulgou seu Plano Municipal de Saneamento, realizando um diagnóstico completo do sistema de saneamento e abastecimento de água, onde propôs soluções de curto, médio e longo prazo para os diversos problemas encontrados. Apesar das debilidades identificadas, atualmente, a proposta de implantação do plano de saneamento corrobora com as metas definidas no ODS 6 ‘Água Potável e Saneamento’.

No que se reporta ao comportamento das finanças públicas municipais, observou-se que a Prefeitura de Santa Rita exibiu resultados primários superavitários, porém foi constatada uma elevada dependência das transferências intergovernamentais. Além disto, os indicadores fiscais demonstraram que uma parte significativa das despesas correntes da Prefeitura estava comprometida com os gastos com pessoal e encargos sociais, proporção que ficou acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como a Prefeitura, no hiato temporal estudado, não apresentou uma capacidade de arrecadação de receita própria que permitisse ampliar os investimentos públicos, o elevado percentual de gastos com pessoal é um aspecto que drena recursos orçamentários que poderiam ter sido aplicados no planejamento das áreas urbana e rural do município. Ao analisar o IFGF do município, verificou-se que a Prefeitura de Santa Rita teve uma gestão fiscal em nível crítico desde o ano de 2008.

De forma geral, no período recente, o município tem avançado em relação aos aspectos sociais, ambientais e econômicos, mesmo que de forma modesta em alguns pontos. Porém, ainda está longe de cumprir todos os objetivos e metas da Agenda 2030. Levando em consideração todas as debilidades encontradas, programas como o plano municipal de saneamento demonstram o interesse do município em reparar aspectos que fragilizam a qualidade de vida da população.

Este estudo tomou como referência estatística, as bases de dados secundários, primordialmente, do IBGE e do Portal ODS, onde houve a limitação de encontrar alguns indicadores mais atualizados e de abrangência municipal, principalmente devido ao hiato de tempo da realização do último Censo Demográfico, que apresenta inúmeros indicadores relevantes para a análise do processo de desenvolvimento. Em futuros estudos da temática do desenvolvimento sustentável ao nível municipal, sugere-se a adoção dos indicadores do próximo Censo Demográfico, possibilitando assim, a análise mais detalhada e atualizada de alguns aspectos em torno da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. 2008. Disponível em: <http://en.braudel.org.br/research/archive/downloads/a-transicao-demografico-e-a-janela-de-oportunidade.pdf> Acesso em: 28 jan. 2019.
- ALVES, J. E. D.A. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 32, n. 3, set. –dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982015000000035> Acesso em: 09 ago. 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional (2000). Lei Complementar, n. 101, de 4 maio de 2000. **LRP – Lei de Responsabilidade Fiscal**, Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 28 jan. 2019.
- _____. Governo Federal. **Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios 2013-2016**: municípios fortes país sem miséria. 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/odm/agenda_de_compromissos_dos_objetivos_de_desenvolvimento_do_milenio_2013_2016.pdf Acesso em: 16 sep. 2019.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php> Acesso em: 28 jan. 2019.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> Acesso em: 28 jan. 2019.
- _____. Ministério da saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS, **Informações de saúde**: banco de dados. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> Acesso em: 27 mar. 2019.
- CGU – Controladoria Geral da União. **Avaliação 360º**: banco de dados. Brasília, 2019. Disponível em: <http://transparencia.gov.br/brasiltransparente?ordenarPor=posicao&direcao=asc> Acesso em: 29 mar. 2019.
- DATASEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: **banco de dados**. Disponível em: http://sistema.datasebrae.com.br/sites/novo_datasebrae/# Acesso em: 30 mar. 2019.
- DENARDI, R. A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. 2014. Disponível em: http://gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf Acesso em: 02 nov. 2018.
- ESTRATÉGIA ODS. **Indicadores**: ferramenta estratégia para o desenvolvimento. Fundação Abrinq, 2016. Disponível em: <http://3.94.150.200/position-papers/> Acesso em: 16 sep. 2019.

FARIAS, W. S.; LIRA, A. A. G. P. R.; CARVALHO, R. G. Participação e gestão de políticas públicas: as dificuldades dos pequenos municípios. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Campinas, 2015. **Anais...** Campinas, 2015. 25 p. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/site/anaispdpp2015/st03.pdf> Acesso em: 05 ago. 2019.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFGF 2017 –Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2016 – Recorte Municipal, Abrangência Nacional. Rio de Janeiro, 2017, 34 p. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/data/files/4A/B0/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20An%20lise%20Especial%20-%20Vers%20o%20Completa.pdf> Acesso em: 07 out. 2018.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Anexo Metodológico do IFDM 2018 – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. Rio de Janeiro, 2018, 7 p. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Methodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf> Acesso em: 07 out. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2002.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, artigo 3. set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512012000300004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 07 out. 2018.

IBGE - instituto brasileiro de geografia e estatística. **Cidades**. Santa Rita - PB. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/panorama> Acesso em: 28 jan. 2019.

IDEB – Índice de desenvolvimento da educação básica. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb> Acesso em: 04 mar. 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em: 08 ago. 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Lei de Responsabilidade Fiscal, Federalismo e Políticas Públicas: um balanço crítico dos impactos da LRF nos municípios brasileiros. **Estado, Instituições e Democracia**: República – Brasília: 2010. Livro 9, v. 1, cap. 6. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6533. Acesso em: 16 set 2018.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento/ Coordenação. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/odm/objetivos_de_desenvolvimento_do_milenio_relatorio_nacional_de_acompanhamento.pdf Acesso em: 16 sep. 2019.

WIKIPÉDIA. Localização de Santa Rita na Paraíba. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Para%C3%ADba_Santa_Rita_location_map.svg Acesso em: 12 set. 2019.

MATIDA, A. Por uma agenda global pós-Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015216.08092016> Acesso em: 03 ago. 2019.

MONTEIRO, I. P. C. A produção histórica do discurso do desenvolvimento sustentável: origens, tendências e desafios. **Arquivo Jurídico**, Teresina, v. 2, n. 2, jan. –jun. 2012. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/view/1122/885> Acesso em: 07 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030**. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 07 out. 2018.

_____. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/> Acesso em: 30mar. 2019.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p.51-64, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 07 out. 2018.

NASCIMENTO, D. C.; CHACON, S. S. Sustentabilidade na região metropolitana do Cariri – RMC: análise a partir dos objetivos de desenvolvimento do milênio – ODMs. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, set.- dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000300443&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 30 jul. 2019.

OKADO, G. H.; QUINELLI, C. L. Megatendências mundiais 2010 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 111-129, jul. -dez, 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/download/5266/2892> Acesso em: 09 ago. 2019.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCEPB. **Sistema de acompanhamento da gestão de recursos da sociedade – SAGRES**. Paraíba, 2019. Disponível em: <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio> Acesso em: 28 jan. 2019.

PORTAL ODS. Disponível em: <http://rd.portalods.com.br/> Acesso em: 28 jan. 2019.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006> Acesso em: 16 sep. 2019.

ROSA, A. R. S. **Litoral Sul da Paraíba: impasses e desafios do desenvolvimento.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia, João Pessoa, 2018.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTA RITA. Prefeitura municipal de Santa Rita. **Plano municipal de saneamento.** Campinas, 2018. Disponível em: <http://diario.santarita.pb.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/PLANO-DE-SANEAMENTO-B%C3%81SICO-SANTA-RITA-PB.pdf> Acesso em: 28 jan. 2019.

SENA, A. et al. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.21642015> Acesso em: 02 ago. 2019.

SILVA, T. A. A.; LIMA, L. S. Desenvolvimento sustentável: um debate sobre suas impossibilidades. **Educte: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas**, Alagoas, v. 1, n. 1, jul. -dez. 2010. Disponível em: <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/educate/article/view/27> Acesso em: 07 out. 2018.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais.** São Paulo: Editora Futura, 2006.

SOUZA, L. V. **Desenvolvimento socioeconômico municipal: o caso de Caaporã-PB.** 59 f. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1901> Acesso em: 03 ago. 2019.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional. **Banco de dados.** Brasília, DF. 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/> Acesso em: 28 jan. 2019.

VASCONCELOS, E. G. da S. **Desenvolvimento socioeconômico numa perspectiva local: os desafios e impasses no município de Cabedelo.** 65 f. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia, João Pessoa, 2015.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável.** O desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas Editora, 2003.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração.** Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, Brasília: CAPES:UAB, 2009. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/recurso/13817> Acesso em: 07 out. 2018.